



Santander

Banco Santander (Brasil) S.A.

Informe de Resultados em IFRS - (Release)

Resultados de 2010

3 de Fevereiro de 2011

Disclaimer: eventuais declarações que possam estar escritas neste relatório relativas às perspectivas de negócios do Banco Santander, projeções e metas operacionais e financeiras, constituem-se em crenças e premissas da diretoria do Banco, bem como em informações atualmente disponíveis. Considerações futuras não são garantias de desempenho. Elas envolvem riscos, incertezas e premissas, pois se referem a eventos futuros e, portanto, dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer. Investidores devem compreender que condições econômicas gerais, condições da indústria e outros fatores operacionais podem afetar o desempenho futuro do Banco Santander e podem conduzir a resultados que diferem materialmente daqueles expressos em tais considerações futuras.





ÍNDICE

RESUMO DADOS DO PERÍODO	03
DESTAQUES DO PERÍODO	04
RATINGS	06
AMBIENTE MACROECONÔMICO	07
EVENTOS RECENTES E SUBSEQUENTES	08
SUMÁRIO EXECUTIVO	09
RESULTADOS DO SANTANDER NO BRASIL	
RECONCILIAÇÃO DO RESULTADO CONTÁBIL NÃO AUDITADO E DO RESULTADO GERENCIAL	10
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO GERENCIAL	11
BALANÇO PATRIMONIAL	16
ANÁLISE DE RESULTADO POR SEGMENTO	22
CARTÕES	23
GESTÃO DE RISCOS	24
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E GOVERNANÇA CORPORATIVA	26
RESUMO DO BALANÇO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS GERENCIAIS	27



RESUMO DE DADOS DO PERÍODO

As informações deste release são baseadas nos resultados consolidados do Banco Santander (Brasil) S.A., preparados de acordo com as normas internacionais - IFRS (International Financial Reporting Standards). No anexo, são apresentadas as informações financeiras adicionais não auditadas. As demonstrações financeiras completas auditadas do ano de 2010 estarão disponíveis até o dia 31 de março de 2011 no site de Relações com Investidores e órgãos reguladores.

Os dados abaixo, referentes aos resultados e indicadores de desempenho, são gerenciais, uma vez que se referem ao resultado contábil não auditado, ajustado pelo *hedge* fiscal do investimento na agência de Cayman. O ajuste, que impacta as linhas de impostos sobre a renda e os ganhos/perdas com ativos financeiros, não tem efeito sobre o lucro líquido. A reconciliação entre o resultado contábil não auditado e o resultado gerencial pode ser encontrada na página 10 deste relatório.

ANÁLISE GERENCIAL	2010	2009	Var. 2010x2009	4T10	3T10	Var. 4T10x3T10
RESULTADOS (R\$ milhões)						
Margem de juros líquida	24.095	22.167	8,7%	6.360	6.037	5,4%
Comissões Líquidas	6.834	6.238	9,6%	1.726	1.776	-2,8%
Despesas de Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(8.233)	(9.983)	-17,5%	(1.768)	(1.811)	-2,4%
Despesas Administrativas e de Pessoal	(11.230)	(10.947)	2,6%	(2.952)	(2.849)	3,6%
Lucro líquido	7.382	5.508	34,0%	1.918	1.935	-0,9%
BALANÇO PATRIMONIAL (R\$ milhões)						
Ativo total	374.663	315.972	18,6%	374.663	357.631	4,8%
Títulos e valores mobiliários	89.823	80.616	11,4%	89.823	80.470	11,6%
Carteira de crédito ¹	160.558	138.394	16,0%	160.558	153.998	4,3%
Pessoa física	50.981	43.200	18,0%	50.981	48.299	5,6%
Financiamento ao consumo	26.969	25.101	7,4%	26.969	26.455	1,9%
Pequenas e médias empresas	38.306	31.448	21,8%	38.306	35.778	7,1%
Grandes empresas	44.302	38.645	14,6%	44.302	43.466	1,9%
Carteira de crédito ampliada ²	168.232	141.624	18,8%	168.232	159.538	5,4%
Captações de clientes ³	153.243	141.090	8,6%	153.243	145.797	5,1%
Patrimônio líquido final	73.364	69.266	5,9%	73.364	73.079	0,4%
Patrimônio líquido médio excluindo ágio ⁴	43.563	28.496	52,9%	43.563	42.967	1,4%
INDICADORES DE DESEMPENHO (%)						
Retorno sobre o patrimônio líquido médio - anualizado	10,3%	9,8%	0,5 p.p.	11,1%	11,3%	-0,2 p.p.
Retorno sobre o patrimônio líquido médio excluindo ágio ⁴ - anualizado	16,9%	19,3%	-2,4 p.p.	18,8%	19,3%	-0,5 p.p.
Retorno sobre o ativo total médio - anualizado	2,2%	1,8%	0,4 p.p.	2,3%	2,3%	0,0 p.p.
Índice de Eficiência ⁵	34,8%	36,3%	-1,5 p.p.	35,9%	34,8%	1,1 p.p.
Índice de Recorrência ⁶	60,9%	57,0%	3,9 p.p.	58,5%	62,3%	-3,8 p.p.
Índice de Basileia excluindo ágio ⁴	22,1%	25,6%	-3,5 p.p.	22,1%	22,8%	-0,7 p.p.
INDICADORES DE QUALIDADE DA CARTEIRA (%)						
Índice de Inadimplência ⁷ - IFRS	5,8%	7,2%	-1,4 p.p.	5,8%	6,1%	-0,3 p.p.
Índice de Inadimplência ⁸ (acima de 90 dias) - BR GAAP	3,9%	5,9%	-2,0 p.p.	3,9%	4,2%	-0,3 p.p.
Índice de Inadimplência ⁹ (acima de 60 dias) - BR GAAP	4,7%	6,8%	-2,1 p.p.	4,7%	5,0%	-0,3 p.p.
Índice de Cobertura ¹⁰	98,3%	101,7%	-3,4 p.p.	98,3%	101,4%	-3,1 p.p.
OUTROS DADOS						
Ativos sob administração - AUM (R\$ milhões)	111.338	98.407	13,1%	111.338	107.305	3,8%
Nº de Cartões de Crédito e Débito (mil)	37.294	33.337	11,9%	37.294	36.393	2,5%
Agências	2.201	2.091	5,3%	2.201	2.127	3,5%
PABs	1.495	1.502	-0,5%	1.495	1.496	-0,1%
Caixas eletrônicos	18.312	18.132	1,0%	18.312	18.124	1,0%
Total de Clientes (mil)	24.757	22.412	10,5%	24.757	24.092	2,8%
Total de Correntistas ativos ¹¹ (mil)	10.901	10.240	6,5%	10.901	10.571	3,1%
Funcionários ¹²	54.406	51.241	6,2%	54.406	52.702	3,2%

1. Informações gerenciais.

2. Inclui outras operações com risco de crédito (debêntures, FDIC, CRI, notas promissórias e notas promissórias de colocação no exterior)

3. Inclui Poupança, Depósitos a vista, Depósitos a prazo, Debenture, LCA e LCI.

4. Ágio apurado na aquisição do Banco Real e da Real Seguros Vida e Previdência.

5. Eficiência: Despesas Gerais/Total de Receitas .

6. Comissões líquidas / Despesas gerais.

7. Operações vencidas há mais de 90 dias mais créditos normais com alto risco de inadimplência / carteira de crédito.

8. Operações vencidas há mais de 90 dias / carteira de crédito em BR GAAP.

9. Operações vencidas há mais de 60 dias / carteira de crédito em BR GAAP.

10. Provisões de Crédito de Liquidação Duvidosa / operações vencidas há mais de 90 dias mais créditos normais com alto risco de inadimplência.

11. Clientes com movimentação de depósito à vista no período de 30 dias, de acordo com o Banco Central do Brasil.

12. Considera o Banco Santander (Brasil) S.A. e subsidiárias consolidadas no balanço patrimonial.



DESTAQUES DO PERÍODO

RESULTADOS

- **O lucro antes de impostos de 2010 atingiu R\$ 9.724 milhões**, aumento de 39,1% frente a 2009. No quarto trimestre somou R\$ 2.665 milhões com alta de 3,4% em relação ao terceiro trimestre de 2010
- **O lucro líquido de 2010 foi de R\$ 7.382 milhões**, com crescimento de 34,0% (ou R\$ 1.874 milhões) em relação aos R\$5.508 milhões do mesmo período de 2009. No trimestre apresenta variação de - 0,9%.

INDICADORES

- Evolução dos **indicadores de Gestão** em doze meses (12M10/12M09):
 - Eficiência¹: 34,8% no 12M10, com melhora de 1,5 p.p.
 - Recorrência²: 60,9% no 12M10, com crescimento de 3,9 p.p.
 - ROAE³: 16,9% no 12M10, redução de 2,4 p.p.
- **Indicadores de Solidez:**
 - Índice de Basiléia⁴: 22,1% em dezembro de 2010, com redução de 3,5 p.p. em doze meses
 - Cobertura: 98,3% em dezembro de 2010, com queda de 3,4 p.p. em doze meses.

BALANÇO

- **Ativos de R\$ 374.663 milhões**, com crescimento de 18,6% em doze meses
- **Crédito a Clientes de R\$ 160.558 milhões**, com alta de 16,0% em doze meses. **Carteira de crédito ampliada⁵ com alta de 18,8%**, totalizando R\$ 168.232 no mesmo período
- **Depósito de Poupança alcançou R\$ 30.304 milhões**, evolução de 20,2% em doze meses
- **Patrimônio Líquido totalizou R\$ 43.563 milhões** (excluindo ágio⁴ de R\$ 28.312 milhões)

NOSSAS AÇÕES - Bovespa: SANB11 (Unit), SANB3 (ON), SANB4 (PN); NYSE (BSBR)

- Valor Mercado⁶ em 30/12/2010: R\$ 86,4 bilhões e US\$ 52,0 bilhões
- Número total de ações (lote de mil): 399.044.117
- Lucro Líquido⁷ no 12M10 por:
 - Lote de mil Ações - R\$ 18,50
 - Lote de dez Units - R\$ 19,43

1. Despesas gerais / Total de receitas

2. Comissões líquidas / Despesas gerais

3. Lucro líquido / Patrimônio líquido médio. Exclui o ágio da Aquisição do Banco Real e da Real Seguros Vida e Previdência

4. Exclui o ágio da Aquisição do Banco Real e da Real Seguros Vida e Previdência

5. Inclui outras operações com risco de crédito (debêntures, FDIC, CRI, notas promissórias e notas promissórias de colocação no exterior)

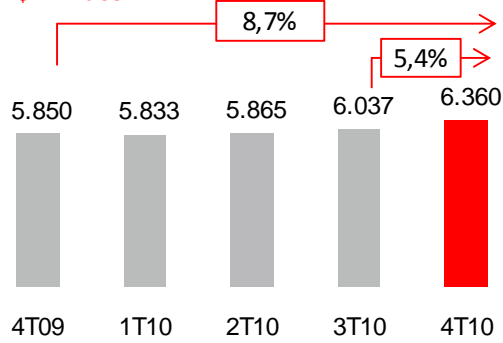
6. Valor de mercado: número total de ações (ON+PN)/105 (Unit = 50 PN + 55 ON) x preço de fechamento da Unit (SANB11) e taxa de câmbio R\$/U\$ de 1,6597

7. Lucro Líquido do 12M10. Cálculo não leva em consideração o fato de que dividendos atribuídos às ações preferenciais são 10% superiores que o montante atribuído às ações ordinárias.



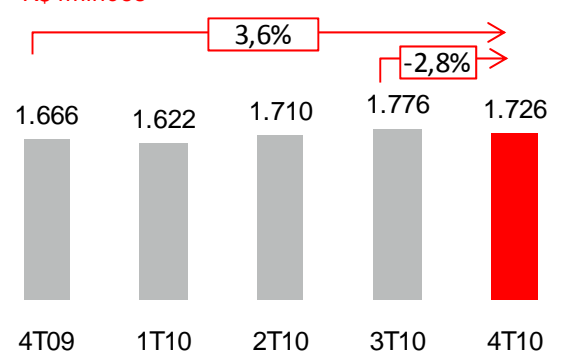
Margem Líquida com Juros

R\$ milhões



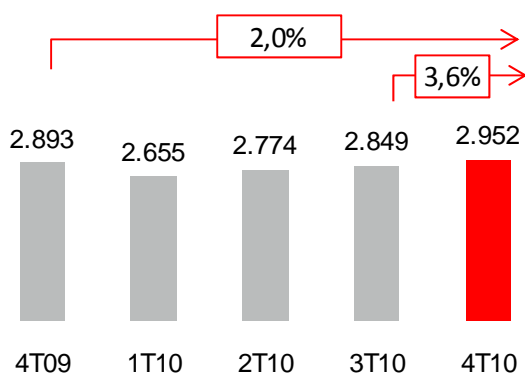
Comissões Líquidas

R\$ milhões



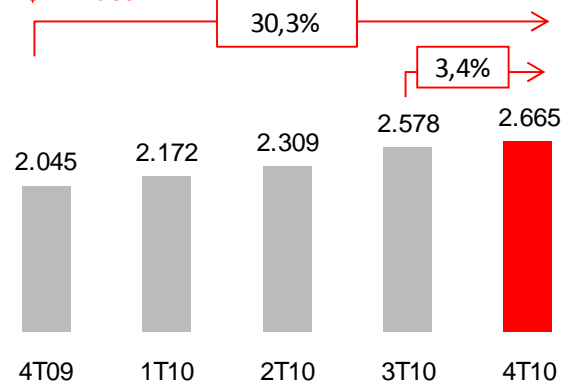
Despesas Administrativas e de Pessoal

R\$ milhões



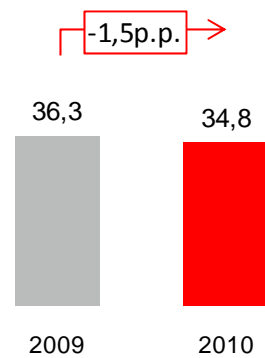
Lucro antes de impostos

R\$ milhões



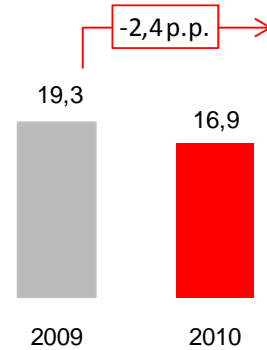
Índice de Eficiência

%



ROAE¹

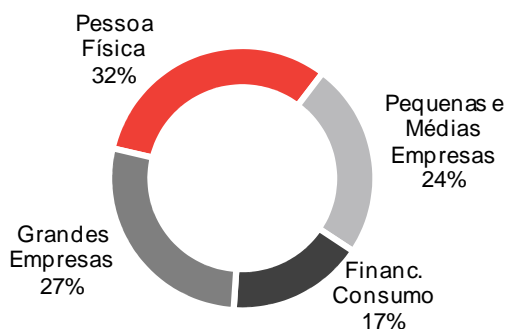
%



1) Lucro líquido anualizado sobre o patrimônio líquido médio ajustado pelo ágio.

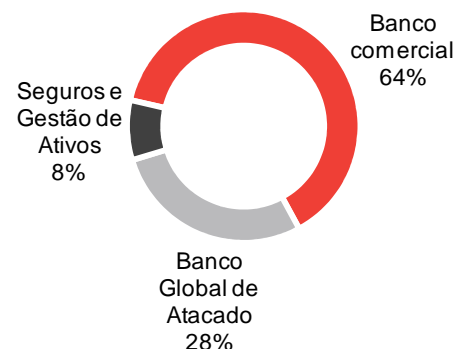
Distribuição da Carteira de Crédito

2010



Lucro antes de impostos por segmentos

2010





RATINGS

O Santander é classificado por agências internacionais de “rating” e as notas atribuídas refletem seu desempenho operacional e a qualidade de sua administração. A tabela abaixo apresenta as classificações de risco atribuídas ao banco pelas três principais agências de rating mundiais.

AGÊNCIA DE RATING		LONGO PRAZO		CURTO PRAZO	
		Ratings	Perspectiva	Ratings	Perspectiva
Fitch Ratings	Escala Nacional	AAA (bra)	Estável	F1+ (bra)	Estável
	Moeda Local	BBB+	Positiva	F2	Positiva
	Moeda Estrangeira	BBB	Positiva	F2	Positiva
Standard & Poor's	Escala Nacional	brAAA	Estável	brA-1	Estável
	Moeda Local	BBB-	Estável	A-3	Estável
	Moeda Estrangeira	BBB-	Estável	A-3	Estável
Moody's	Escala Nacional	Aaa.br	Estável	Br-1	Estável
	Moeda Local	A2	Estável	P-1	Estável
	Moeda Estrangeira	Baa3	Estável	P-3	Estável



AMBIENTE MACROECONÔMICO

Os indicadores econômicos seguem mostrando uma economia aquecida, particularmente sob a ótica da demanda, em função do expressivo crescimento da renda, do emprego e da disponibilidade de crédito. No terceiro trimestre de 2010, o PIB cresceu 6,7%, comparado com o mesmo período de 2009, com destaque para o setor de serviços do lado da oferta, e de consumo e investimentos do lado da demanda.

A inflação se elevou ao longo do último trimestre em função, predominantemente, da aceleração dos preços de alimentos. Em 12 meses terminados em dezembro, o IPCA, principal indicador de preços ao consumidor, acumulava variação de 5,9%, acima da meta de 4,5% estabelecida pela autoridade monetária. No mesmo período, os preços agrícolas no atacado aumentaram 25%, significativamente acima do ritmo de elevação dos industriais, que cresceram 10%, reflexo da dinâmica apresentada pelas *commodities* no mercado internacional. Em resposta à aceleração dos preços, o Banco Central do Brasil anunciou, no início de dezembro, aumento das taxas de recolhimento de depósitos compulsórios e manutenção da taxa básica de juros em 10,75% ao ano. Porém, na primeira reunião de 2011, com o intuito de dar continuidade ao processo de ajuste da economia, o Copom decidiu elevar a taxa básica de juros em 50 pontos-base, passando de 10,75% para 11,25% ao ano.

Em 2010, o desempenho da balança comercial mostrou-se favorável, encerrando o ano com saldo positivo de USD 19,5 bilhões. As exportações e importações cresceram, respectivamente, 32% e 43%, em relação a 2009. Embora as importações tenham mostrado crescimento mais expressivo, o que sustentou o elevado superávit comercial foi o aumento dos preços médios das exportações, fortemente influenciados pela alta das *commodities*.

O déficit em transações correntes, que atingiu 2,5% do PIB ante 1,5% no ano anterior, foi confortavelmente financiado pela entrada de capitais, suficientes para manter a taxa de câmbio praticamente estável em relação ao ano anterior, em R\$ 1,67 / USD ao final de dezembro de 2010.

O volume de crédito total do Sistema Financeiro Nacional manteve firme crescimento em 2010, registrando alta de 20,5%, ainda sustentado por empréstimos direcionados, particularmente oriundos do BNDES. Em 12 meses até dezembro, a parcela de direcionados aumentou 27,5%, enquanto o estoque de crédito com recursos livres cresceu 17,1%, com destaque para as modalidades associadas a pessoas físicas, que se expandiram em 18,8%, superando o aumento do empréstimo às pessoas jurídicas, de 15,4% no mesmo período. Com isso, a relação crédito / PIB atingiu a máxima histórica de 46,6%.

O crescimento do endividamento das famílias não tem alterado de forma importante o comprometimento de renda mensal com pagamento de amortizações e juros em função da concomitante elevação dos rendimentos, do alargamento dos prazos e da queda das taxas de juros cobradas do tomador final. Com isso a inadimplência se mantém em queda. Ao final de dezembro, a inadimplência para pessoas jurídicas atingiu 3,6% e para pessoas físicas se situou no patamar mais baixo em 8 anos, 5,7%.

De maneira geral, a solidez da demanda interna e do sistema financeiro continuam sendo fundamentais para sustentar o crescimento brasileiro, a despeito das incertezas que cercam a recuperação econômica global. A manutenção de bons fundamentos macroeconômicos do país terá papel relevante para garantir a sustentabilidade deste ciclo de crescimento da economia.

ÍNDICES ECONÔMICO-FINANCEIROS

	4T10	3T10	4T09
Risco país (EMBI)	189	206	197
Câmbio (R\$/ US\$ final)	1,666	1,694	1,741
IPCA (em 12 meses)	5,91%	4,70%	4,31%
Taxa Selic - Meta (a.a.)	10,75%	10,75%	8,75%
CDI ¹	2,57%	2,61%	2,09%
Ibovespa (em pontos/fechamento)	69.305	69.430	68.588

1. Taxa efetiva no trimestre.

**EVENTOS RECENTES****ACORDO PARA INCORPORAÇÃO DE SÓCIO ESTRATÉGICO NO BRASIL**

A Qatar Holding Luxembourg II S.à r.l (“QHL”), subscreveu e integralizou os títulos emitidos pelo Banco Santander, S.A. (Espanha), obrigatoriamente permutáveis por ações do Banco Santander Brasil, no valor de US\$2.718.800.000,00. Todas as etapas da operação foram informadas ao mercado por meio da publicação de dois fatos relevantes, nos dias 18 e 29 de outubro e de um comunicado ao mercado, em 1º de novembro de 2010.

PROGRAMA DE RECOMPRA DE UNITS DE EMISSÃO DO BANCO SANTANDER BRASIL

Em 09 de novembro de 2010, o Conselho de Administração aprovou o programa de recompra de units de emissão do Banco Santander Brasil. O objetivo é viabilizar o gerenciamento de risco decorrente da prestação, pelo Banco Santander Brasil, dos serviços de formador de mercado de certos fundos de índice, sempre que as units estiverem incluídas na carteira teórica do índice de referência de tais fundos. As units recompradas serão utilizadas pelo Banco Santander exclusivamente para proteção (“*hedge*”) contra a oscilação de preços dos valores mobiliários que compõem o índice de referência, e deverão ser compradas e vendidas em consonância com a política de gerenciamento de riscos do Banco Santander. As units deverão ser adquiridas em bolsa de valores, a preço de mercado, a débito do saldo disponível nas contas de Reserva de Capital e Reservas de Lucros do Banco Santander Brasil.

DECLARAÇÃO DE JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO E DIVIDENDOS INTERCALARES

Em 22 de dezembro de 2010, o Conselho de Administração do Banco Santander Brasil aprovou a proposta da Diretoria Executiva de distribuição, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2011, de Juros sobre o Capital Próprio da Companhia, no montante bruto de R\$ 430.000.000,00 (quatrocentos e trinta milhões de reais), que após deduzido o valor relativo ao Imposto de Renda Retido na Fonte (“*IRRF*”), na forma da legislação em vigor, importam o valor líquido de R\$ 365.500.000,00 (trezentos e sessenta e cinco milhões e quinhentos mil reais) e de dividendos

intercalares no valor de R\$ 1.280.000.000,00 (um bilhão e duzentos e oitenta milhões de reais).

O valor dos juros sobre o capital próprio e dos dividendos intercalares será imputado integralmente aos dividendos obrigatórios a serem distribuídos pela Companhia referentes ao exercício social de 2010, e serão pagos a partir de 25 de fevereiro de 2011, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

EVENTOS SUBSEQUENTES**LANÇAMENTO DO CARTÃO DE CRÉDITO ESSO SANTANDER**

Em 17 de janeiro de 2011, o Banco Santander comunicou ao mercado que irá lançar, em parceria com a Cosan Combustíveis e Lubrificantes, subsidiária da Cosan S.A. Indústria e Comércio e detentora do uso das marcas Esso e Mobil no Brasil, no primeiro trimestre de 2011, o cartão de crédito Esso Santander, com o objetivo de alavancar seus negócios de cartão de crédito por meio de parcerias.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA EXECUTIVA DO BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

No dia 28 de janeiro de 2011, o Banco Santander realizou uma assembleia geral de acionistas, a fim de conduzir o Sr. Fabio Colletti Barbosa ao cargo de Presidente do Conselho de Administração e o Sr. Marcial Angel Portela Alvarez ao cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração, ambos com mandato até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no exercício de 2011.

Em razão das melhores práticas de governança corporativa, o Sr. Fabio Colletti Barbosa permanecerá em seu atual cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração, até a posse do Sr. Marcial Angel Portela Alvarez no cargo de Diretor Presidente do Banco Santander, mediante assinatura do respectivo termo de posse no Livro de Atas de Reunião da Diretoria Executiva, cuja eleição foi deliberada em Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 02 de fevereiro de 2011. Tais alterações estão sujeitas às aprovações regulatórias e legais pertinentes.



SUMÁRIO EXECUTIVO

O lucro líquido do Santander totalizou R\$ 7.382 milhões em 2010, com crescimento de 34,0% comparado com igual período de 2009. No quarto trimestre o lucro líquido somou R\$ 1.918 milhões, queda de 0,9% em relação ao terceiro trimestre de 2010.

O patrimônio líquido registrou, em dezembro de 2010, R\$ 43.563 milhões, excluindo R\$ 28.312 milhões referentes ao ágio da aquisição do Banco Real e da Real Seguros Vida e Previdência.

O retorno sobre o patrimônio líquido médio ajustado pelo ágio atingiu 16,9%, queda de 2,4 p.p. em doze meses devido ao aumento de capital derivado da entrada de recursos pela Oferta Global de Ações em outubro de 2009.

O índice de eficiência atingiu 34,8% em 2010, com melhora de 1,5 p.p. em relação ao mesmo período de 2009. Este desempenho é consequência do aumento das receitas de margem com juros e de comissões, de 8,7% e 9,6%, respectivamente, e do controle de gastos com captura de sinergias, mantendo a evolução de despesas abaixo do índice de inflação.

As despesas administrativas apresentaram queda de 2,4% em doze meses, em parte, como resultado de controle de custos e captura de sinergias provenientes da aquisição do Banco Real que, até dezembro de 2010, somava R\$ 1.862¹ milhões. As despesas de pessoal, mostraram crescimento de 7,5% no mesmo período.

- **Indicadores de Solidez:** o índice de Basileia em 2010 alcançou 22,1%, com queda de 3,5 p.p. em doze meses. Já o índice de cobertura atingiu 98,3% em dezembro de 2010.

A estratégia de crescimento de crédito do Santander em 2010 baseou-se nos segmentos de maior rentabilidade: Pessoa Física e PMEs. Como consequência, a carteira total alcançou R\$ 160.558 milhões, crescendo em doze meses 16,0% ou R\$ 22.164 milhões. Deste montante 66% foram provenientes destes segmentos, sendo 35% Pessoa Física e 31% PMEs. No conceito carteira de crédito ampliada², a carteira cresceu 18,8% em doze meses e 5,4% no trimestre.

O segmento de pessoa física, registrou crescimento de 18,0% em doze meses e 5,6% no trimestre, mostrando aceleração em ambas as bases de comparação. Os produtos de maior destaque na carteira foram consignado, imobiliário e cartões.

O volume de crédito do segmento de pequenas e médias empresas somou R\$ 38.306 milhões no quarto trimestre de 2010, com alta de 21,8% em doze meses e 7,1% no trimestre.

O total de captações, incluindo captação de clientes³ e fundos de investimentos, atingiu R\$ 264.581 milhões, em dezembro de 2010, com crescimento de 10,5% em relação ao mesmo período de 2009 e 4,5% em relação a setembro de 2010. As Captações de clientes³ apresentaram melhor desempenho no trimestre, comparado aos fundos de investimentos, mostrando crescimento em todas as linhas de depósitos, basicamente em função da necessidade de *funding* derivada do crescimento da carteira de crédito e do impacto da mudança das regras de recolhimento compulsório ao longo do ano.

PROCESSO DE INTEGRAÇÃO

Desde o início do processo de integração, importantes etapas foram concluídas, novos produtos, serviços e funcionalidades foram adicionados no dia-a-dia de nossos clientes, buscando extrair sempre o melhor de cada Banco.

Em 2010, todos os “gaps” derivados da unificação das plataformas de sistemas dos dois bancos foram desenvolvidos e implantados e os projetos apresentam significativo grau de avanço. Foram realizados os testes prévios nos sistemas, relativos à migração de dados de clientes e operações, bem como os testes na nova plataforma tecnológica.

Em outubro, foram migrados para a plataforma do Santander, cerca de 100 mil clientes de 6 agências localizadas nas regiões de Limeira e Piracicaba, testando com um número significativo de clientes, o movimento que será realizado no primeiro semestre de 2011.

Desde novembro, as Agências, ATMs, Internet Banking e demais canais de relacionamento tiveram a marca unificada, passando a atender como Santander. Nesta etapa, não houve alterações nos produtos, serviços e números de agência e conta, para facilitar o dia a dia dos clientes. Tais alterações ocorrerão a partir da migração tecnológica, que acontecerá no primeiro semestre de 2011. Ressaltamos que a principal premissa do processo de integração é melhorar continuamente o padrão de atendimento e o nível de serviço prestado aos clientes.

¹ Não considera os gastos de R\$ 58MM da expansão da rede de agências

² Inclui outras operações com risco de crédito (debêntures, FDIC, CRI, notas promissórias e notas promissórias de colocação no exterior)

³ Inclui poupança, depósito à vista, depósito a prazo, debêntures, LCA e LCI



RECONCILIAÇÃO ENTRE O RESULTADO CONTÁBIL NÃO AUDITADO E O RESULTADO GERENCIAL

Para melhor compreensão dos resultados em IFRS, apresentamos, neste relatório, a demonstração do Resultado Gerencial, que inclui os ajustes realizados sobre a Demonstração de Resultado Publicada (Contábil). O ajuste realizado refere-se ao *hedge* fiscal de investimentos realizados na agência de Cayman. Desta forma, reclassificamos para a linha de Ganhos (Perdas) com ativos e passivos financeiros líquidos, o efeito fiscal do *hedge* que é contabilizado originalmente na linha de impostos. Todas as informações, indicadores e comentários relativos à Demonstração de Resultados neste relatório consideram o Resultado Gerencial, exceto quando citado.

De acordo com as regras fiscais brasileiras, os ganhos (perdas) com a variação cambial (R\$/US\$) do investimento em dólar em Cayman não é tributável (dedutível). Esse tratamento fiscal leva a exposição cambial na linha de impostos. Uma posição de *hedge*, composta por derivativos, foi montada com o objetivo de tornar o Lucro Líquido protegido contra as variações cambiais relacionadas com esta exposição cambial na linha de impostos. Assim, a alíquota efetiva de impostos e o resultado com ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros ainda são impactados por variação na taxa de câmbio.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO (R\$ Milhões)	2010		2010		2009		4T10		4T10		3T10		3T10	
	Contábil	Hedge Fiscal	Gerencial	Contábil	Hedge Fiscal	Gerencial	Contábil	Hedge Fiscal	Gerencial	Contábil	Hedge Fiscal	Gerencial	Contábil	Hedge Fiscal
Margem de juros líquida	24.095		24.095	22.167		22.167	6.360		6.360	6.037		6.037		6.037
Resultado de renda variável	52		52	30		30	32		32	2		2		2
Resultado de equivalência patrimonial	44		44	295		295	10		10	11		11		11
Comissões líquidas	6.834		6.834	6.238		6.238	1.726		1.726	1.776		1.776		1.776
Receitas de tarifas e comissões	7.833		7.833	7.148		7.148	2.034		2.034	2.029		2.029		2.029
Despesas de tarifas e comissões	(999)		(999)	(910)		(910)	(308)		(308)	(253)		(253)		(253)
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos) + diferenças cambiais	1.875	272	1.603	2.665	1.146	1.519	380	147	233	786	314	472		472
Outras receitas (despesas) operacionais	(348)		(348)	(116)		(116)	(138)		(138)	(105)		(105)		(105)
Total de receitas	32.552	272	32.280	31.279	1.146	30.133	8.370	147	8.223	8.507	314	8.193		8.193
Despesas gerais	(11.230)		(11.230)	(10.947)		(10.947)	(2.952)		(2.952)	(2.849)		(2.849)		(2.849)
Despesas administrativas	(5.304)		(5.304)	(5.436)		(5.436)	(1.274)		(1.274)	(1.373)		(1.373)		(1.373)
Despesas de pessoal	(5.926)		(5.926)	(5.511)		(5.511)	(1.678)		(1.678)	(1.476)		(1.476)		(1.476)
Depreciação e amortização	(1.237)		(1.237)	(1.249)		(1.249)	(349)		(349)	(309)		(309)		(309)
Provisões (líquidas) ¹	(1.974)		(1.974)	(3.481)		(3.481)	(381)		(381)	(674)		(674)		(674)
Perdas com ativos (líquidas)	(8.255)		(8.255)	(10.868)		(10.868)	(1.816)		(1.816)	(1.818)		(1.818)		(1.818)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa ²	(8.233)		(8.233)	(9.983)		(9.983)	(1.768)		(1.768)	(1.811)		(1.811)		(1.811)
Perdas com outros ativos (líquidas)	(22)		(22)	(885)		(885)	(48)		(48)	(7)		(7)		(7)
Ganhos líquidos na alienação de bens	140		140	3.403		3.403	(60)		(60)	35		35		35
Lucro operacional antes da tributação	9.996	272	9.724	8.137	1.146	6.991	2.812	147	2.665	2.892	314	2.578		2.578
Impostos sobre a renda	(2.614)	(272)	(2.342)	(2.629)	(1.146)	(1.483)	(894)	(147)	(747)	(957)	(314)	(643)		(643)
Lucro líquido	7.382	-	7.382	5.508	-	5.508	1.918	-	1.918	1.935	-	1.935		1.935

1. Inclui provisões trabalhistas, cíveis e fiscais.

2. Inclui recuperações de créditos baixados como prejuízo.



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO GERENCIAL¹
(R\$ Milhões)

	2010	2009	Var. 2010x2009	4T10	3T10	Var. 4T10x3T10
Margem de juros líquida	24.095	22.167	8,7%	6.360	6.037	5,4%
Resultado de renda variável	52	30	73,3%	32	2	n.a.
Resultado de equivalência patrimonial	44	295	-85,1%	10	11	-9,1%
Comissões líquidas	6.834	6.238	9,6%	1.726	1.776	-2,8%
Receitas de tarifas e comissões	7.833	7.148	9,6%	2.034	2.029	0,2%
Despesas de tarifas e comissões	(999)	(910)	9,8%	(308)	(253)	21,7%
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos) + diferenças cambiais	1.603	1.519	5,5%	233	472	-50,6%
Outras receitas (despesas) operacionais	(348)	(116)	n.a.	(138)	(105)	31,4%
Total de receitas	32.280	30.133	7,1%	8.223	8.193	0,4%
Despesas gerais	(11.230)	(10.947)	2,6%	(2.952)	(2.849)	3,6%
Despesas administrativas	(5.304)	(5.436)	-2,4%	(1.274)	(1.373)	-7,2%
Despesas de pessoal	(5.926)	(5.511)	7,5%	(1.678)	(1.476)	13,7%
Depreciação e amortização	(1.237)	(1.249)	-1,0%	(349)	(309)	12,9%
Provisões (líquidas) ²	(1.974)	(3.481)	-43,3%	(381)	(674)	-43,5%
Perdas com ativos (líquidas)	(8.255)	(10.868)	-24,0%	(1.816)	(1.818)	-0,1%
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa ³	(8.233)	(9.983)	-17,5%	(1.768)	(1.811)	-2,4%
Perdas com outros ativos (líquidas)	(22)	(885)	n.a.	(48)	(7)	n.a.
Ganhos líquidos na alienação de bens	140	3.403	-95,9%	(60)	35	n.a.
Lucro operacional antes da tributação	9.724	6.991	39,1%	2.665	2.578	3,4%
Impostos sobre a renda	(2.342)	(1.483)	57,9%	(747)	(643)	16,2%
Lucro líquido	7.382	5.508	34,0%	1.918	1.935	-0,9%

1. Considera reclassificação do hedge fiscal de Cayman.

2. Inclui provisões trabalhistas, cíveis e fiscais.

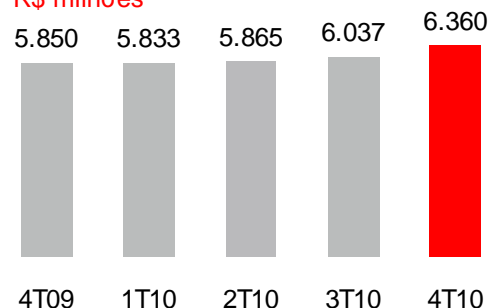
3. Inclui recuperações de créditos baixados como prejuízo.

A margem líquida com juros em 2010 atingiu R\$ 24.095 milhões, aumento de 8,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. No trimestre, atingiu R\$ 6.360 milhões, alta de 5,4% em relação ao trimestre anterior.

As receitas oriundas de crédito apresentaram evolução de 2,9% em doze meses e de 2,4% no trimestre. A evolução positiva é justificada pelo crescimento do volume médio da carteira que compensou a redução nos spreads. As receitas de depósitos apresentaram crescimento de 0,6% em doze meses e 10,4% no trimestre. O crescimento nos últimos três meses é consequência do aumento do saldo médio de depósitos a prazo no período.

O aumento em Recursos Livres e outros, em comparação a igual período de 2009, tem, dentre os principais fatores que explicam sua variação, a remuneração dos recursos do IPO, a incorporação da seguradora no Santander Brasil e o descasamento estrutural de taxa de juros do balanço do banco.

Margem Líquida com Juros
R\$ milhões



MARGEM DE JUROS LÍQUIDA (R\$ Milhões)¹

	2010	2009	Var. 2010x2009	4T10	3T10	Var. 4T10x3T10
Créditos	17.655	17.156	2,9%	4.615	4.508	2,4%
Volume médio	143.382	132.633	8,1%	153.209	145.723	5,1%
Spread (a.a.)	12,3%	12,9%	-0,6 p.p.	11,9%	12,3%	-0,4 p.p.
Depósitos	952	946	0,6%	281	255	10,4%
Volume médio ²	104.533	113.057	-7,5%	108.590	101.322	7,2%
Spread (a.a.)	0,9%	0,8%	0,1 p.p.	1,0%	1,0%	0,0 p.p.
Recursos livres e outros	5.488	4.065	35,0%	1.465	1.274	15,1%
Total margem de juros líquida	24.095	22.167	8,7%	6.360	6.037	5,4%

1. Os saldos e as receitas de crédito do ano de 2009 foram reclassificadas para fins de comparabilidade com o período atual, devido a re-segmentação de clientes ocorrida em 2010.

2. Considera depósitos à vista, poupança e depósito a prazo.



GANHOS (PERDAS) COM ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS (LÍQUIDOS) + DIFERENÇAS CAMBIAIS

Excluindo-se o efeito do *hedge* fiscal do investimento na agência de Cayman, os ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos) mais diferenças cambiais somaram, em 2010, R\$ 1.603 milhões, alta de 5,5%, quando comparado com os R\$ 1.519 milhões observados no mesmo período de 2009.

GANHOS (PERDAS) COM ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS (LÍQUIDOS) (R\$ Milhões)	2010	2009	Var. 2010x2009	4T10	3T10	Var. 4T10x3T10
Total	1.875	2.665	-29,6%	380	786	-51,6%
Hedge Cayman	272	1.146	-76,2%	147	314	-53,2%
Total sem hedge de Cayman	1.603	1.519	5,5%	233	472	-50,6%

COMISSÕES LÍQUIDAS

As comissões líquidas somaram R\$ 6.834 milhões, em 2010, alta de 9,6% em relação ao mesmo período do ano anterior, devido ao aumento da transacionalidade com os clientes nos produtos de seguros e previdência, cartões e operações de mercado de capitais.

Em doze meses, as receitas com comissões de seguros, previdência e capitalização cresceram 27,0%, totalizando R\$ 1.497 milhões, sendo responsável por 53% do incremento das comissões totais no período. Este aumento deve-se, em grande parte, à implementação de novos produtos prestamista e ao crescimento nas vendas de seguro residencial e de acidentes pessoais impulsionado pela distribuição destes produtos na antiga Rede Real.

As comissões de cartões de crédito e débito, por sua vez, totalizaram R\$ 969 milhões em 2010, com crescimento em doze meses de 23,6%. Este desempenho reflete a adoção de uma estratégia baseada em inovação e foco nas necessidades dos clientes, que resultou no aumento da base de cartões e maior penetração de produtos.

As comissões de fundos de investimentos foram de R\$ 865 milhões em 2010, com crescimento de 16,6% em doze meses, resultado do aumento do saldo de ativos sob administração.

O total de comissões no quarto trimestre de 2010 foi de R\$ 1.726 milhões, queda de 2,8% em três meses devido principalmente a redução das comissões de comércio exterior de 25,8% no período.

COMISSÕES LÍQUIDAS (R\$ Milhões)	2010	2009	Var. 2010x2009	4T10	3T10	Var. 4T10x3T10
Tarifas bancárias	2.369	2.467	-3,9%	588	594	-1,0%
Seguros, previdência e capitalização	1.497	1.179	27,0%	394	380	3,8%
Fundos de Investimento	865	742	16,6%	222	232	-4,0%
Cartões de crédito e débito	969	785	23,6%	270	258	4,7%
Recebimentos	506	503	0,6%	128	126	1,6%
Cobrança	398	390	2,1%	101	99	2,1%
Arrecadação	108	114	-4,7%	27	27	-0,2%
Mercado de capitais	502	393	27,8%	138	131	5,7%
Comércio exterior	456	397	15,0%	98	133	-25,8%
Outras ¹	(330)	(228)	44,9%	(112)	(78)	43,2%
Total	6.834	6.238	9,6%	1.726	1.776	-2,8%

1. Inclui impostos e outras.



DESPESAS GERAIS (ADMINISTRATIVAS + PESSOAL)

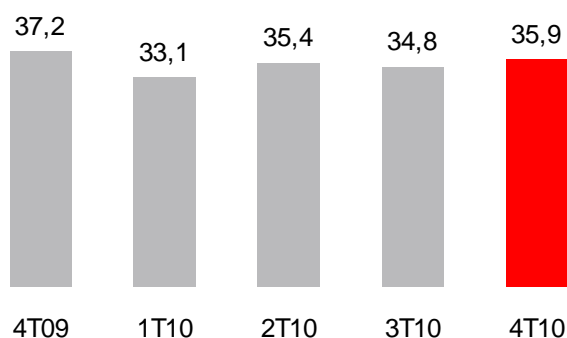
As despesas gerais (administrativas + pessoal) somaram R\$ 11.230 milhões em 2010, aumento de 2,6% em comparação ao mesmo período de 2009. O esforço do controle de custos e a captura de sinergias garantiram um crescimento abaixo da inflação no período. No quarto trimestre de 2010, as despesas gerais foram de R\$ 2.952 milhões, aumento de 3,6% em comparação ao trimestre anterior.

As despesas administrativas totalizaram R\$ 5.304 milhões em 2010, com queda de 2,4% no período de doze meses. No trimestre somou R\$ 1.274 milhões, queda de 7,2% em relação ao trimestre anterior.

As despesas com pessoal somaram R\$ 5.926 milhões em 2010, com alta de 7,5% em doze meses e 13,7% no trimestre. No 4T10 ocorreram despesas extraordinárias em razão do acordo coletivo, sendo necessária a correção do saldo de provisão destinado ao pagamento de PLR e o aumento da provisão para remuneração variável da rede de agências. Desconsiderando estes dois efeitos, o crescimento em despesas de pessoal pode ser explicado, tanto no ano como no trimestre, pelo esforço de expansão da rede de agências e das equipes comerciais do segmento de PMEs.

Como resultado o índice de eficiência, calculado por meio da divisão das despesas gerais pela receita total, atingiu 35,9%, com melhora de 1,3 p.p., quando comparamos com igual período de 2009.

Índice de Eficiência¹
%



¹Não contempla o ajuste do Hedge Fiscal de Cayman

ABERTURA DE DESPESAS (R\$ Milhões)

	2010	2009	Var. 2010x2009	4T10	3T10	Var. 4T10x3T10
DESPESAS ADMINISTRATIVAS						
Serviços técnicos especializados de terceiros	1.504	1.449	3,8%	368	380	-3,2%
Manutenção e conservação de bens	966	1.043	-7,4%	241	253	-4,7%
Processamento de dados	889	898	-1,0%	139	249	-44,2%
Propaganda, promoções e publicidade	422	497	-15,1%	141	121	16,5%
Comunicações	555	613	-9,5%	134	141	-5,0%
Transporte e viagens	151	168	-10,1%	43	37	16,2%
Segurança e vigilância	513	469	9,4%	132	128	3,1%
Outras	304	299	1,7%	76	64	18,8%
Total	5.304	5.436	-2,4%	1.274	1.373	-7,2%
DESPESAS DE PESSOAL						
Salários	3.731	3.364	10,9%	1.025	956	7,2%
Encargos	994	971	2,4%	285	237	20,3%
Benefícios	792	749	5,7%	208	203	2,5%
Treinamento	93	88	5,7%	38	19	100,0%
Outras	316	339	-6,8%	122	61	100,0%
Total	5.926	5.511	7,5%	1.678	1.476	13,7%
DESPESAS ADMINISTRATIVAS + DESPESAS DE PESSOAL	11.230	10.947	2,6%	2.952	2.849	3,6%
DESPESAS DE DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	1.237	1.249	-1,0%	349	309	12,9%
DESPESAS TOTAIS	12.467	12.196	2,2%	3.301	3.158	4,5%



PROVISÕES DE CRÉDITO

A despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa, já incluindo o total de receita de recuperação, somou R\$ 8.233 milhões em 2010, redução de 17,5% em relação à igual período de 2009, como consequência do ciclo de melhora dos índices de inadimplência observados nos últimos trimestres.

No quarto trimestre de 2010, o banco registrou despesas de provisão de R\$ 1.768 milhões, queda de 2,4% em relação ao trimestre anterior.

RESULTADO DE CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA (R\$ Milhões)

	2010	2009	Var. 2010x2009	4T10	3T10	Var. 4T10x3T10
Despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(9.051)	(10.520)	-14,0%	(1.997)	(2.064)	-3,2%
Receita de recuperação de créditos baixados como prejuízo	818	538	52,1%	229	253	-9,4%
Total	(8.233)	(9.983)	-17,5%	(1.768)	(1.811)	-2,4%

ÍNDICE DE INADIMPLÊNCIA (IFRS)

O índice de inadimplência (carteira vencida há mais de 90 dias mais créditos normais com alto risco de inadimplência) alcançou 5,8% no quarto trimestre de 2010, com queda de 1,4 p.p. em relação ao mesmo período de 2009. No trimestre, o índice registrou queda de 0,3 p.p. A evolução do indicador mostra continuidade do ciclo de melhora da qualidade da carteira, como já observado nos trimestres anteriores.

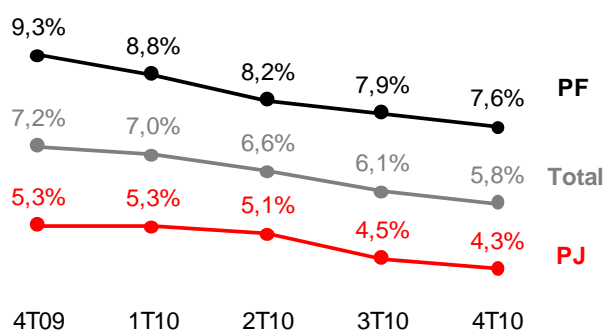
No segmento de pessoa física, observa-se queda mais acentuada na comparação em doze meses, cujo indicador passou de 9,3% para 7,6%, redução de 1,7 pontos percentual. A melhora na qualidade do crédito reflete a evolução dos indicadores econômicos. Em Dezembro de 2010, a taxa de desemprego atingiu 5,3%, o menor nível desde o início da série histórica, em março de 2002.

Cabe ressaltar que o índice de inadimplência em IFRS é mais conservador que o índice utilizado no Sistema Financeiro Brasileiro, portanto não é comparável com o indicador apurado em BR GAAP.

ÍNDICE DE COBERTURA (IFRS)

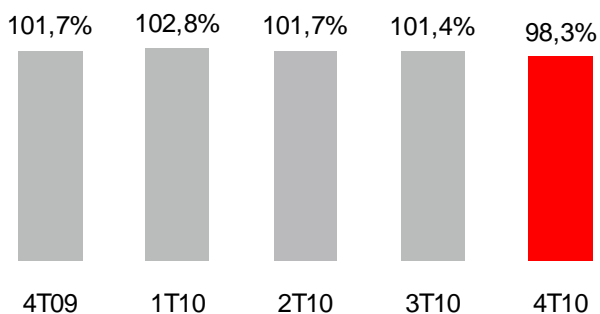
O índice de cobertura é obtido por meio da divisão do saldo de provisão para créditos de liquidação duvidosa, pelo saldo das operações vencidas há mais de 90 dias, mais créditos normais com alto risco de inadimplência. No quarto trimestre de 2010, o indicador atingiu 98,3%, mostrando redução de 3,4 p.p. em doze meses.

Índice de Inadimplência¹ - IFRS (%)



1. Operações vencidas há mais de 90 dias mais créditos normais com alto risco de inadimplência / carteira de crédito gerencial.

Cobertura- IFRS

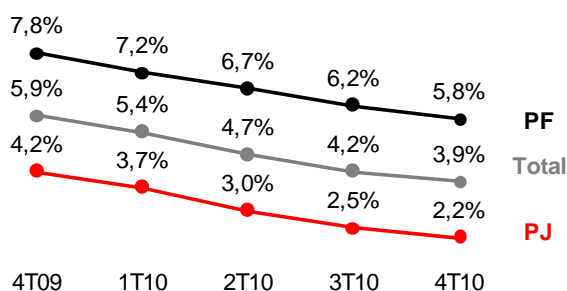




ÍNDICE DE INADIMPLÊNCIA EM BR GAAP (ACIMA DE 90 DIAS)

Os créditos vencidos há mais de 90 dias, no quarto trimestre de 2010, representaram 3,9% do total da carteira de crédito, redução de 2,0 p.p. em doze meses. Observa-se melhora acentuada no nível de inadimplência tanto para pessoa jurídica quanto para a pessoa física, ambas com redução de 2,0 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior.

Índice de Inadimplência¹ - BR GAAP (Over 90)

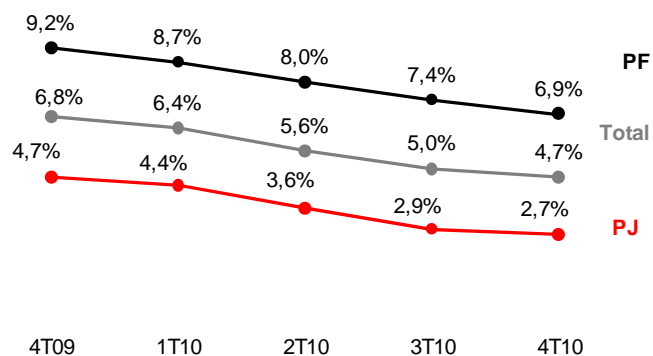


1. Operações vencidas há mais de 90 dias / carteira de crédito em BR GAAP

ÍNDICE DE INADIMPLÊNCIA (ACIMA DE 60 DIAS)

O indicador de créditos vencidos há mais de 60 dias atingiu 4,7% no quarto trimestre de 2010, registrando queda de 2,1 p.p. em doze meses e 0,3 p.p. no trimestre.

NPL¹ - Índice de Inadimplência - BR GAAP (OVER 60)



1. Operações vencidas há mais de 60 dias / carteira de crédito em BR GAAP.

PROVISÕES PARA CONTIGÊNCIAS (LÍQUIDAS)

As provisões (líquidas) somaram R\$ 1.974 milhões em 2010, redução de 43,3% em relação à igual período de 2009, devido, principalmente, à redução em contingências diversas.

PROVISÕES (R\$ Milhões)	2010	2009	Var. 2010x2009	4T10	3T10	Var. 4T10x3T10
Total de contingências fiscais, cíveis, trabalhistas e diversas	(1.974)	(3.481)	-43,3%	(382)	(674)	-43,4%

IMPOSTOS SOBRE A RENDA

Em 2010, o total de impostos atingiu R\$ 2.342 milhões, com aumento de 57,9% quando comparado a igual período do ano anterior.

Ressaltamos que o total de impostos inclui imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS, e já exclui o efeito do *hedge* fiscal de Cayman, conforme já explicitado na página 10 deste relatório.



BALANÇO PATRIMONIAL ¹

ATIVO (R\$ Milhões)	Dez/10	Dez/09	Var.	Set/10	Var.
		Dez10xDez09		Dez10xSet10	
Disponibilidades e reserva no Banco Central do Brasil	56.800	27.269	108,3%	53.361	6,4%
Ativos financeiros para negociação	24.821	20.116	23,4%	23.738	4,6%
Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	17.939	16.294	10,1%	16.665	7,6%
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito	292	1.907	-84,7%	654	-55,4%
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	389	n.a.	3	n.a.
Instrumentos de Dívida	224	211	6,2%	223	0,4%
Instrumentos de Patrimônio	17.423	13.787	26,4%	15.785	10,4%
Ativos financeiros disponíveis para venda	47.206	46.406	1,7%	40.627	16,2%
Empréstimos e financiamentos	174.107	152.163	14,4%	169.250	2,9%
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito	22.659	24.228	-6,5%	24.771	-8,5%
Empréstimos e adiantamentos a clientes	160.640	138.005	16,4%	153.994	4,3%
Provisão para perdas	(9.192)	(10.070)	-8,7%	(9.515)	-3,4%
Ativos tangíveis	4.518	3.702	22,0%	4.212	7,3%
Ativos intangíveis	31.962	31.618	1,1%	31.667	0,9%
Ágio	28.312	28.312	0,0%	28.312	0,0%
Outros intangíveis	3.650	3.306	10,4%	3.355	8,8%
Ativo fiscal	14.842	15.779	-5,9%	15.258	-2,7%
Outros Ativos	2.468	2.625	-6,0%	2.853	-13,5%
Derivativos utilizados como <i>hedge</i>	116	163	-28,8%	104	11,5%
Ativos não correntes para venda	67	171	-60,8%	86	-22,1%
Participações em coligadas	371	419	-11,5%	440	-15,7%
Outros	1.914	1.872	2,2%	2.223	-13,9%
Total do Ativo	374.663	315.972	18,6%	357.631	4,8%

PASSIVO (R\$ Milhões)	Dez/10	Dez/09	Var.	Set/10	Var.
		Dez10xDez09		Dez10xSet10	
Passivos financeiros para negociação	4.785	4.435	7,9%	5.014	-4,6%
Passivos financeiros ao custo amortizado	253.341	203.567	24,5%	237.859	6,5%
Depósitos do Banco Central do Brasil	-	240	n.a.	-	n.a.
Depósitos de instituições de crédito	42.392	20.956	102,3%	41.361	2,5%
Depósitos de clientes ²	167.949	149.440	12,4%	159.426	5,3%
Títulos de dívida e valores mobiliários	20.087	11.439	75,6%	14.944	34,4%
Dívidas subordinadas	9.695	11.304	-14,2%	9.432	2,8%
Outros passivos financeiros	13.218	10.188	29,7%	12.696	4,1%
Passivos por contratos de seguros	19.643	15.527	26,5%	17.893	9,8%
Provisões ³	9.395	9.480	-0,9%	9.910	-5,2%
Passivos fiscais	10.530	9.457	11,3%	10.047	4,8%
Outros passivos	3.605	4.240	-15,0%	3.829	-5,9%
Derivativos utilizados como <i>hedge</i>	-	10	n.a.	17	n.a.
Outros passivos	3.605	4.228	-14,7%	3.812	-5,4%
Outros passivos financeiros ao valor justo no resultado	-	2	n.a.	-	n.a.
Total do passivo	301.299	246.706	22,1%	284.552	5,9%
Total do patrimônio líquido ⁴	73.364	69.266	5,9%	73.079	0,4%
Total do passivo e patrimônio líquido	374.663	315.972	18,6%	357.631	4,8%

1. Balanço Patrimonial Contábil não auditado

2. Inclui operações compromissadas.

3. Inclui provisões para pensões e contingências.

4. Inclui participação dos acionistas minoritários e ajuste de valor ao mercado

Os ativos totais totalizaram, em dezembro de 2010, R\$ 374.663 milhões, crescimento de 18,6% em doze meses, devido principalmente ao aumento da carteira de crédito e das disponibilidades e reservas no Banco Central.



TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

O total de títulos e valores mobiliários somou R\$ 89.823 milhões em dezembro de 2010, crescimento de 11,4% em doze meses. Em comparação com setembro de 2010, o total de títulos e valores mobiliários apresentou crescimento de 11,6%.

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (R\$ Milhões)	Dez/10	Dez/09	Var. Dez10xDez09	Set/10	Var. Dez10xSet10
Títulos Públicos	55.823	53.987	3,4%	49.259	13,3%
Títulos Privados, Cotas de Fundos e Outros	11.443	7.729	48,1%	10.333	10,7%
Cotas de Fundos PGBL / VGBL	17.423	13.787	26,4%	15.785	10,4%
Instrumentos Financeiros	5.134	5.113	0,4%	5.093	0,8%
Total	89.823	80.616	11,4%	80.470	11,6%

CARTEIRA DE CRÉDITO

A carteira de crédito gerencial totalizou R\$ 160.558 milhões em dezembro de 2010, com crescimento de 16,0% em doze meses e 4,3% no trimestre. Excluindo o efeito da variação cambial, a carteira de crédito cresce 16,8% em doze meses e 4,6% no trimestre.

No critério IFRS, a carteira de crédito não considera a compra de carteira de outros bancos com coobrigação. Incluindo o saldo dessas aquisições e excluindo o efeito da variação cambial, o crescimento em doze meses do crédito seria de 17,9%.

No conceito carteira de crédito ampliada, que inclui outras operações com risco de crédito, a carteira cresceu 18,8% em doze meses e 5,4% no trimestre. Destaca-se que parcela significativa desses outros créditos foram originados no segmento de Grandes Empresas.

A carteira de crédito ampliada em BR GAAP atingiu R\$ 173.053 milhões em dezembro de 2010, crescimento de 19,1% em doze meses.

ABERTURA GERENCIAL DO CRÉDITO POR SEGMENTO A CLIENTES (R\$ Milhões)	Dez/10	Dez/09	Var. Dez10xDez09	Set/10	Var. Dez10xSet10
Pessoa física	50.981	43.200	18,0%	48.299	5,6%
Financiamento ao consumo	26.969	25.101	7,4%	26.455	1,9%
Pequenas e Médias empresas	38.306	31.448	21,8%	35.778	7,1%
Grandes Empresas	44.302	38.645	14,6%	43.466	1,9%
Total	160.558	138.394	16,0%	153.998	4,3%
Outras operações com riscos de crédito ² - carteira comercial	7.674	3.230	137,6%	5.540	38,5%
Total Carteira ampliada¹	168.232	141.624	18,8%	159.538	5,4%
Avais e fianças total	22.563	20.967	7,6%	21.497	5,0%
Total Carteira ampliada com avais e fianças	190.795	162.591	17,3%	181.035	5,4%
Total Crédito em BR GAAP ampliado¹ sem avais e fianças	173.053	145.249	19,1%	164.624	5,1%

1. Inclui debêntures, FDIC, CRI, notas promissórias e notas promissórias de colocação no exterior



CRÉDITO PESSOA FÍSICA

Em dezembro de 2010, o crédito à pessoa física apresentou alta de 18,0% em doze meses totalizando R\$ 50.981 milhões. No trimestre registrou alta de 5,6%, mostrando aceleração em relação ao crescimento apresentado no terceiro trimestre de 2010. Os produtos de maiores crescimentos no trimestre foram cartões de crédito e crédito imobiliário.

O volume da carteira de cartões cresceu 27,0% em doze meses e 14,7% no trimestre, atingindo R\$ 10.760 milhões em dezembro de 2010. A alta no trimestre é explicada, em parte, pelo aumento sazonal do volume de faturamento e pelo aumento da base de cartões.

O crédito consignado, considerando compra de carteira, aumentou de R\$ 10.084 milhões em dezembro de 2009 para R\$ 13.800 milhões em dezembro de 2010, registrando alta de 36,9%. Comparando com setembro de 2010, o crescimento atingiu 2,1%. A carteira de crédito imobiliário para pessoa física totalizou R\$ 6.698 milhões, alta de 28,2% em doze meses e 9,5% em três meses.

FINANCIAMENTO AO CONSUMO

A carteira de financiamento ao consumo, em dezembro de 2010, atingiu R\$ 26.969 milhões, com alta de 7,4% em doze meses e 1,9% em três meses. Neste segmento os esforços, nos últimos trimestres, centraram-se prioritariamente em rentabilizar o negócio.

CRÉDITO PESSOA JURÍDICA

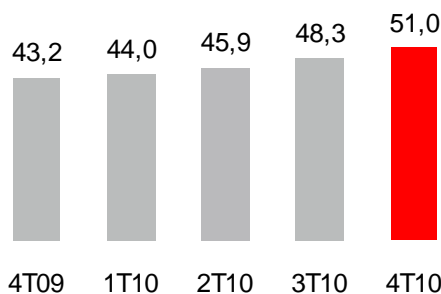
O crédito concedido à pessoa jurídica atingiu R\$ 82.608 milhões em dezembro de 2010, com alta de 17,9% em doze meses e 4,2% no trimestre.

A carteira de crédito de Grandes Empresas somou R\$ 44.302 milhões, com crescimento de 14,6% em doze meses e 1,9% no trimestre. Se considerássemos as outras operações com risco de crédito¹, dado que parcela significativa dessas operações foram originadas no segmento de Grandes Empresas, o crescimento seria substancialmente maior.

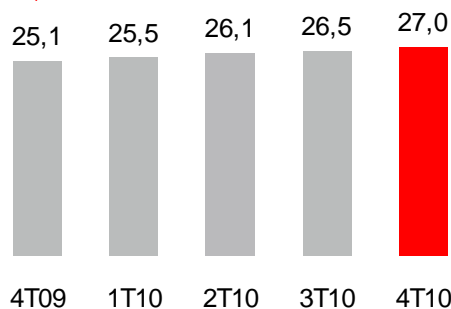
O volume de crédito destinado ao segmento de pequenas e médias empresas registrou um volume de R\$ 38.306 milhões em dezembro de 2010, com alta de 21,8% em doze meses e 7,1% no trimestre, mantendo bom ritmo de crescimento, quando comparado à média dos três primeiros trimestres de 2010, de 4,5%. Este desempenho é resultado da reorganização das atividades comerciais e dos procedimentos operacionais visando dar maior agilidade e eficiência na concessão de crédito neste segmento.

1. Inclui debêntures, FDIC, CRI, notas promissórias de colocação no exterior e outros

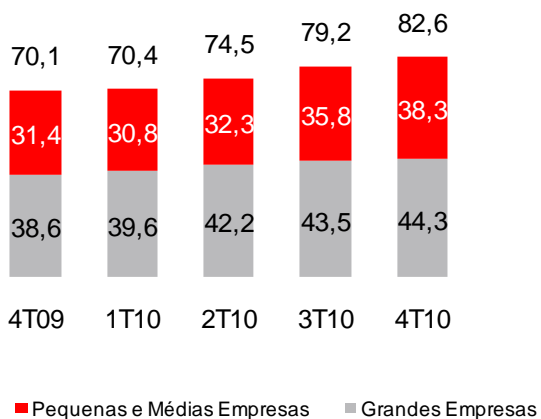
Pessoa Física
R\$ bilhões



Financiamento ao Consumo
R\$ bilhões



Pessoa Jurídica
R\$ bilhões





CARTEIRA DE CRÉDITO PESSOA JURÍDICA E PESSOA FÍSICA POR PRODUTO

A tabela abaixo apresenta a abertura por produtos da carteira de crédito. Como comentado anteriormente, os produtos para Pessoa Física com maiores crescimentos, em doze meses foram crédito consignado, imobiliário e cartões.

Em Pessoa Jurídica, os destaques foram Crédito Imobiliário, com aumento de 39,7%, e comércio exterior, com alta de 38,7%, em doze meses.

ABERTURA GERENCIAL DA CARTEIRA DE CRÉDITO POR PRODUTOS (R\$ Milhões)	Dez/10	Dez/09	Var. Dez10xDez09	Set/10	Var. Dez10xSet10
Pessoa Física					
Leasing / Veículos ¹	2.471	2.121	16,5%	2.385	3,6%
Cartão de Crédito	10.760	8.472	27,0%	9.383	14,7%
Consignado ²	13.800	10.084	36,9%	13.518	2,1%
Crédito Imobiliário	6.698	5.226	28,2%	6.114	9,5%
Crédito Rural	2.817	3.073	-8,3%	2.893	-2,6%
Crédito Pessoal/Outros	18.635	16.445	13,3%	18.391	1,3%
Total Pessoa Física c/ compra de carteira	55.181	45.420	21,5%	52.684	4,7%
Total Pessoa Física	50.981	43.200	18,0%	48.299	5,6%
Financiamento ao consumo	26.969	25.101	7,4%	26.455	1,9%
Pessoa Jurídica					
Leasing / Veículos	3.051	2.932	4,0%	3.024	0,9%
Crédito Imobiliário	5.392	3.860	39,7%	5.119	5,3%
Comércio Exterior	19.820	14.293	38,7%	18.937	4,7%
Repasses	8.077	12.835	-37,1%	7.540	7,1%
Crédito Rural	2.063	2.016	2,3%	1.920	7,4%
Capital de Giro/Outros	44.206	34.157	29,4%	42.703	3,5%
Total Pessoa Jurídica	82.608	70.093	17,9%	79.244	4,2%
Carteira de Crédito Total	160.558	138.394	16,0%	153.998	4,3%
Outras operações com riscos de crédito ³ - carteira comercial	7.674	3.230	137,6%	5.540	38,5%
Carteira de Crédito Ampliada	168.232	141.624	18,8%	159.538	5,4%
Aquisição de Carteira	4.200	2.220	89,2%	4.385	-4,2%
Total Carteira ampliada³ c/ compra de carteira	172.432	143.844	19,9%	163.923	5,2%

1. Incluindo financiamento ao consumo, a carteira de veículos totalizou R\$ 24.173 MM no 4T10, R\$ 23.691 MM no 3T10 e R\$ 22.575 MM no 4T09.

2. Inclui compra de carteira

3. Inclui debêntures, FDIC, CRI, notas promissórias e notas promissórias de colocação no exterior

CAPTAÇÃO

O total de captações, incluindo captação de clientes e fundos de investimentos, atingiu R\$ 264.581 milhões em dezembro de 2010, com alta de 10,5% em doze meses. No período, os destaques foram poupança, com crescimento de 20,2%, e Debentures/LCI/LCA, com evolução de 51,8%.

Em comparação com o trimestre anterior, destaca-se a aceleração na captação de depósitos à vista (8,8%) e depósitos a prazo (4,5%). Esta evolução é explicada pela necessidade crescente de *funding* decorrente do crescimento da carteira de crédito.

Os depósitos de clientes somaram R\$ 153.243 milhões em dezembro de 2010, com crescimento de 8,6% com relação a dezembro de 2009 e 5,1% em relação a setembro de 2010.



CAPTAÇÃO (R\$ Milhões)	Dez/10	Dez/09	Var.	Set/10	Var.
		Dez10xDez09	Dez10xDez09	Dez10xSet10	Dez10xSet10
Depósitos à vista	16.131	15.140	6,5%	14.820	8,8%
Depósitos de poupança	30.304	25.217	20,2%	27.903	8,6%
Depósitos a Prazo	68.916	75.771	-9,0%	65.957	4,5%
Debêntures/LCI/LCA ¹	37.892	24.962	51,8%	37.117	2,1%
Captação de Clientes	153.243	141.090	8,6%	145.797	5,1%
Fundos	111.338	98.407	13,1%	107.305	3,8%
Total	264.581	239.497	10,5%	253.102	4,5%

1. Operações compromissadas com lastro em Debêntures, Letras de Crédito Imobiliário e Letra de Crédito Agrícola.

RELAÇÃO ENTRE CRÉDITO E CAPTAÇÃO

O quadro abaixo mostra as origens dos recursos aplicados nas operações de crédito. Além dos depósitos de clientes, líquido dos compulsórios, é necessário adicionar as captações de linhas externas, de linhas internas e de títulos emitidos no mercado internacional.

No quarto trimestre de 2010, a relação entre a carteira de empréstimos e o *funding* total captado de clientes e instituições financeiras foi de 104%. A redução em doze meses da relação crédito / captação deve-se, principalmente, pelo aumento do compulsório por mudança na regulamentação. No trimestre observa-se melhora deste indicador, com queda de 5,7 p.p. no período.

O banco encontra-se em confortável situação de liquidez, com fontes de captação estáveis e adequadas para cada linha de empréstimo que concede aos clientes.

CAPTAÇÕES VS. CRÉDITO (R\$ Milhões)	Dez/10	Dez/09	Var.	Set/10	Var.
		Dez10xDez09	Dez10xDez09	Dez10xSet10	Dez10xSet10
Captações de Clientes	153.243	141.090	8,6%	145.797	5,1%
(-) Compulsório	(53.642)	(23.638)	126,9%	(50.285)	6,7%
Captações de Clientes Líquidas de Compulsório	99.601	117.452	-15,2%	95.512	4,3%
Obrigações por Repasses e empréstimos	26.152	19.409	34,7%	25.259	3,5%
Dívida subordinada	9.695	11.304	-14,2%	9.432	2,8%
Captação Externa	11.567	4.223	173,9%	6.633	74,4%
Letras Financeiras	6.639	n.a	n.a	2.932	126,4%
Total Captações (A)	153.654	152.388	0,8%	139.768	9,9%
Total Crédito Clientes (B)	160.558	138.394	16,0%	153.998	4,3%
B / A (%)	104%	91%	13,7 p.p.	110%	-5,7 p.p.



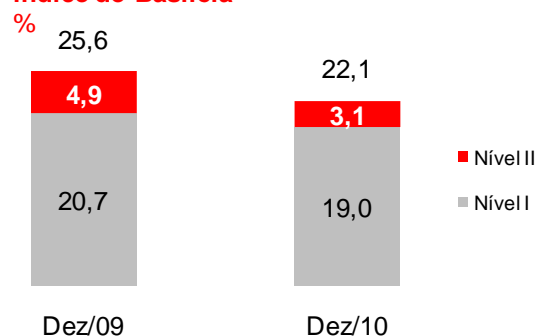
ÍNDICE DE BASILÉIA – BR GAAP

O índice de Basileia alcançou 22,1% em dezembro de 2010, 3.5 p.p. abaixo do observado em dezembro de 2009. O índice mínimo, pelas regras brasileiras, é de 11%.

Em doze meses, o patrimônio de referência nível II caiu 1,8 p.p. fundamentalmente devido ao resgate antecipado do CDB subordinado no valor de R\$1,5 bilhão em janeiro e US 0,5 bilhão de bônus perpétuos em setembro de 2010. O plano para realizar o resgate antecipado foi sinalizado no processo de Oferta Pública de Ações (IPO).

O indicador abaixo desconsidera o valor do ágio não amortizado no cálculo do patrimônio de referência.

Índice de Basileia



RECURSOS PRÓPRIOS e BIS (R\$ Milhões)

	Dez/10	Dez/09	Var. Dez10xDez09	Set/10	Var. Dez10xSet10
Patrimônio de Referência Nível I Ajustado ¹	44.884	42.353	6,0%	45.318	-1,0%
Patrimônio de Referência Nível II	7.433	9.973	-25,5%	7.260	2,4%
Patrimônio de Referência Nível I e II¹	52.317	52.326	0,0%	52.578	-0,5%
Patrimônio de Referência Exigido	26.020	22.483	15,7%	25.384	2,5%
Ativo ponderado pelo risco	236.545	204.391	15,7%	230.764	2,5%
Índice de Basileia II	22,1%	25,6%	-3,5 p.p.	22,8%	-0,7 p.p.

Valores Calculados com base nas informações consolidadas das instituições financeiras (conglomerado financeiro)

1. Desconsidera o efeito do ágio referente a incorporação das ações do Banco Real e AAB Dois Par, conforme determinado pela regra internacional.



ANÁLISE DE RESULTADO POR SEGMENTO

O Banco opera com três segmentos de negócios: Banco Comercial, Banco Global de Atacado e Gestão de Ativos / Seguros. O segmento de Banco Comercial inclui produtos e serviços voltados aos clientes de varejo, financiamento ao consumo, empresas e clientes corporativos, exceto clientes globais atendidos pelo segmento Banco Global de Atacado. O segmento Banco de Atacado Global compreende as operações com os clientes corporativos globais, atividades de Tesouraria e Banco de Investimento. O segmento de Gestão de Ativos / Seguros inclui a gestão de fundos de investimento, previdência privada, capitalização e seguros.

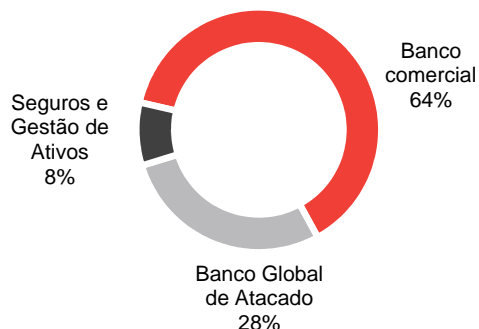
Em 2010, o Banco Comercial representou 64% do lucro antes de impostos em IFRS. O Banco Global de Atacado obteve participação de 28% e Gestão de Ativos/ Seguros, atingiu 8%.

O lucro¹ antes de impostos do segmento de Banco Comercial em 2010 somou R\$ 6.347 milhões, alta de R\$ 1.452 milhões ou 29,7% em relação ao mesmo período de 2009, mantendo sua participação no resultado (64%), comparativamente ao trimestre anterior, em decorrência do crescimento da carteira de crédito, aliada à redução da inadimplência e ao aumento das receitas de juros.

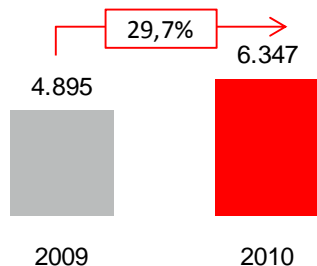
O Banco Global de Atacado registrou lucro¹ antes de impostos de R\$2.818 milhões em 2010, com crescimento de 6,3% em doze meses ou R\$ 167 milhões frente ao mesmo período do ano anterior.

O segmento de Gestão de Ativos e Seguros apresentou lucro¹ antes de impostos de R\$ 832 milhões em 2010, alta de 40,6% ou R\$240 milhões quando comparado com igual período do ano anterior, devido em grande parte, à implementação de novos produtos prestamista e a intensificação nas vendas de seguro residencial e de acidentes pessoais à base de clientes.

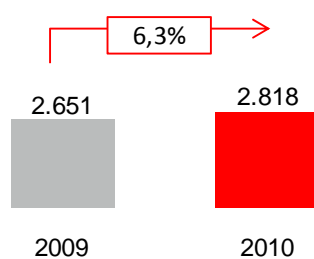
Lucro antes de impostos por segmentos 12M10



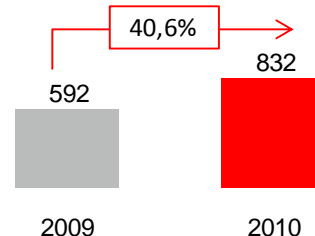
Lucro¹ antes de Impostos Banco Comercial R\$ milhões



Lucro¹ antes de Impostos Banco Global de Atacado R\$ milhões



Lucro¹ antes de Impostos Gestão de Recursos de Terceiros e Seguros R\$ milhões



¹Não inclui hedge de Cayman



CARTÕES

NÚMERO DE TRANSAÇÕES E FATURAMENTO

No quarto trimestre de 2010, o número de transações de cartões de crédito totalizou 192 milhões, apresentando crescimento de 38,2% em relação a igual período do ano anterior e de 10,8% em relação ao trimestre anterior.

O faturamento total atingiu R\$ 33,9 bilhões, com alta de 19,8% em doze meses e 16,1% no trimestre.

CARTEIRA DE CRÉDITO

O volume da carteira total de cartões cresceu 27,0% em doze meses e 14,3% no trimestre, atingindo R\$ 11,1 bilhões em dezembro de 2010. Deste total, 27% referem-se a carteira financiada e 73% a carteira não financiada. Essa distribuição mostra uma concentração maior do que a do trimestre anterior em carteira não financiada, esperada pela sazonalidade natural do período.

A carteira financiada cresceu 20% em 12 meses e este crescimento está fortemente embasado na estratégia de oferecer o parcelamento de fatura, através de todos os canais do banco, como o produto de crédito sustentável.

BASE DE CARTÕES

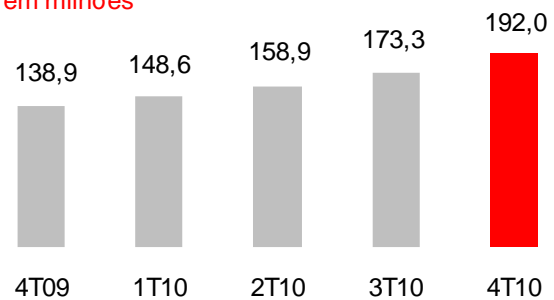
Nossa estratégia de crescimento é baseada no aumento de participação de mercado e lucratividade, por meio de inovação de produtos e foco na captação de clientes. Desde 2006, lançamos produtos de cartões de crédito projetados para se adequar às necessidades dos vários perfis de clientes e direcionados a encorajar a demanda por nossos produtos.

Dando seguimento a esta estratégia de inovação, lançamos, em 2010, o Santander Elite Platinum e o Santander Style Platinum, além do Cartão Ferrari, fruto da parceria global do Santander.

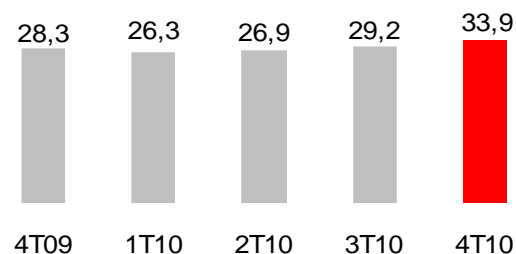
Estes cartões de crédito diferenciados, combinados com nosso foco em crescimento da base de clientes, nos permitiram aumentar em 2010 nossa base em 18,3%. O total de cartões de crédito atingiu 11,5 milhões em dezembro de 2010, alta de 1,8 milhões de cartões em relação a dezembro de 2009, com um crescimento de 3,6% nos últimos três meses.

Os cartões de débito somaram 25,8 milhões em dezembro de 2010, com crescimento de 9,3% em um ano e de 2,0% no trimestre.

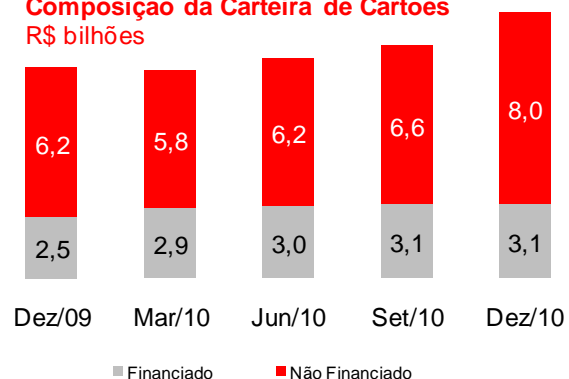
Número de Transações de Cartões de Crédito em milhões



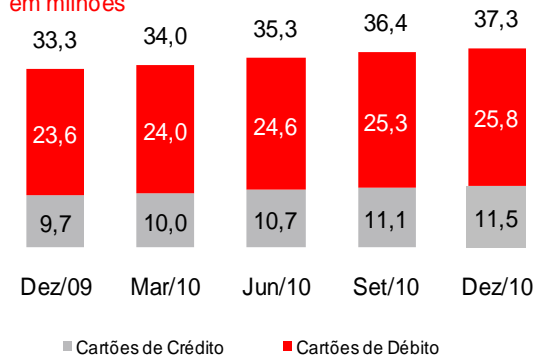
Faturamento Total R\$ bilhões



Composição da Carteira de Cartões R\$ bilhões



Base de Cartões em milhões





GESTÃO DE RISCOS

GOVERNANÇA CORPORATIVA DA FUNÇÃO DE RISCOS

A estrutura dos comitês de Riscos do Banco Santander são definidos em sintonia com os padrões corporativos e estruturados por linha de negócio, tipo e segmento de risco. Os Comitês Executivos de Riscos Brasil tem níveis de aprovação alinhados com as diretrizes globais dos Comitês de Riscos do Banco Santander Espanha, e possuem como principais responsabilidades.

- Integrar e adaptar a cultura de risco do Banco Santander ao âmbito local, a estratégia, a predisposição e o nível de tolerância ao risco, compatibilizados com a missão e objetivos das áreas de negócio.
- Aprovação de riscos de clientes PJ e PF, Cartas Indicativas, Pré-classificações e limites/produtos para riscos da Tesouraria, que excedam as alçadas dos Comitês inferiores do Banco Santander.
- Deliberar em temas gerais relacionados com Risco de Mercado, limites Cross-Border, Risco País, operações do Banco de Atacado Global (GBM), Corporate, Empresas e PGC's (Programas de Gestão de Crédito/Varejo).
- Conhecer e decidir sobre assuntos relevantes de risco.
- Conhecer as observações e recomendações formuladas periodicamente pelos Reguladores, assim como das auditoria Interna e Independente e pelo Comitê de Auditoria.
- Supervisionar os níveis de risco assumidos, para que as regulamentações sejam cumpridas.
- Validar previamente as propostas que excedam suas alçadas, para apresentação aos Comitês Corporativos de Riscos do Banco Santander.
- Aprovar os marcos de atuação máximos para cada carteira de crédito.

A função de riscos no Banco Santander é executada através da Vice-Presidência Executiva de Riscos, que é independente das áreas de negócio tanto do ponto de vista funcional como do ponto de vista hierárquico, e reporta-se diretamente ao Diretor Presidente do Banco Santander e ao responsável de Riscos do Banco Santander Espanha.

Um maior detalhamento da estrutura, metodologias e sistema de controle, relacionados à gestão de riscos está descrito no relatório, disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br.

RISCO DE CRÉDITO

O Banco Santander desenvolve políticas e estratégias para o Gerenciamento de Risco de Crédito com o apoio de diversas áreas de negócios, responsáveis por garantir a adequada validação dos sistemas e procedimentos internos utilizados para a gestão do risco de crédito. Esses sistemas e processos são aplicados na identificação, mensuração, controle e diminuição da exposição ao risco em operações individuais ou agrupadas por semelhança.

A especialização da função de riscos do Banco Santander baseia-se no tipo de cliente, assim como o processo de gestão de riscos é segregado entre clientes individualizados, clientes com características similares e clientes industrializados.

A coleta de documentação e informações necessárias para completa análise do risco envolvido nas operações de crédito, a identificação do tomador, da contraparte, do risco envolvido nas operações, a classificação do grau de risco em diferentes categorias, a concessão do crédito, as avaliações periódicas dos níveis de risco; são procedimentos aplicados pelo Banco Santander para determinar os volumes de garantias e provisões necessários para que as operações de crédito sejam realizadas de acordo com as normatizações e segurança necessárias. As políticas, os sistemas e os procedimentos utilizados são reavaliados anualmente para estarem sempre de acordo com as necessidades do gerenciamento de riscos e com os cenários atuais do mercado.

O perfil do risco de crédito assumido pelo Banco Santander é caracterizado por uma diversificação dos clientes e pelo grande volume de operações de varejo. Aspectos macroeconômicos e condições de mercado, assim como a concentração setorial e geográfica, o perfil dos clientes, as perspectivas econômicas também são avaliados e considerados na mensuração adequada de risco de crédito.

RISCO DE MERCADO

Risco de mercado é a exposição a fatores de riscos tais como taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços no mercado de ações e outros valores, em função do tipo de produto, do montante das operações, do prazo, das condições do contrato e da volatilidade subjacente. Na administração dos riscos de mercado são utilizadas práticas que incluem a medição e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos gaps de liquidez, entre outras. Isso permite o acompanhamento dos riscos que podem afetar as posições das carteiras do banco nos diversos mercados em que atua.



O Banco Santander opera de acordo com as políticas globais, enquadradas na perspectiva de risco tolerado pelo Banco Santander e alinhado aos objetivos no Brasil e no mundo. Para isso, desenvolveu seu próprio modelo de Gestão de Riscos, seguindo os seguintes princípios;

- Independência funcional;
- Capacidade executiva sustentada no conhecimento e na proximidade do cliente;
- Alcance global da função (diferentes tipos de riscos);
- Decisões colegiadas, que avaliem todos os cenários possíveis e não comprometam os resultados com decisões individuais, incluindo o Comitê Executivo de Riscos Brasil, que fixa limites e aprova operações e o Comitê Executivo de Ativos e Passivos, que responde pela gestão do capital e riscos estruturais, o que inclui o risco-país, a liquidez e as taxas de juros;
- Gestão e otimização da equação de risco/retorno; e
- Metodologias avançadas de gestão de riscos, como o Value at Risk (VaR) (simulação histórica de 520 dias, com um nível de confiança de 99% e horizonte temporal de um dia), cenários, sensibilidade da margem financeira, sensibilidade do valor patrimonial e plano de contingência.

A estrutura de Riscos de Mercado é parte da Vice-Presidência de Riscos de Crédito e Mercado, área independente que aplica as políticas de risco, levando em consideração as definições corporativas locais e globais.

GESTÃO DE RISCOS OPERACIONAIS, CONTROLES INTERNOS E LEI SARBANES-OXLEY

As áreas corporativas responsáveis pela Gestão de Riscos Operacionais e Tecnológicos e Controles Internos - SOX do Banco Santander são independentes, com estruturas, normas, metodologias, ferramentas e modelos internos específicos, garantindo através de um modelo de gestão a adequada identificação, captura, avaliação, controle, monitoramento, mitigação e redução dos eventos e perdas. Adicionalmente, a gestão e prevenção aos riscos operacionais, tecnológicos e de gestão da continuidade de negócios, além do contínuo fortalecimento do sistema de controles internos, atende às determinações das Resoluções CMN 2.554/1998 e 3.380/2006, Circular Susep 249/2004, Circular Bacen 3.467/2009, Instrução CVM 480, Novo Acordo da Basileia – BIS II e exigências da Lei Sarbanes Oxley. Segue também as diretrizes estabelecidas pelo Banco Santander Espanha fundamentadas no COSO – Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – Enterprise Risk Management – Integrated Framework.

Os procedimentos desenvolvidos e adotados buscam posicionar e manter o Banco Santander entre as instituições

financeiras reconhecidas como detentoras das melhores práticas gerenciais na administração dos riscos operacionais, contribuindo para melhoria contínua da reputação, solidez e confiabilidade da instituição no mercado local e internacional.

A Alta Administração é parte atuante e está alinhada com a missão das áreas, reconhecendo, participando e compartilhando da responsabilidade para a contínua melhoria da cultura e estrutura da gestão de riscos operacionais e tecnológicos e do sistema de controles internos, visando garantir o cumprimento dos objetivos e das metas estabelecidos, assim como a segurança e qualidade dos produtos e serviços prestados.

O Conselho de Administração do Banco Santander, atendendo à Circular Bacen 3.383/2008, optou pela Abordagem Padronizada Alternativa (ASA) para o cálculo da parcela do Patrimônio de Referência Exigido referente ao risco operacional.

A revisão realizada sobre a eficácia do ambiente de controles internos de 2009 nas empresas do Banco Santander, em cumprimento à seção 404 da Lei Sarbanes Oxley, foi concluída em fevereiro de 2010 e não identificou qualquer incidência considerada material. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, o processo de certificação se encerrará em fevereiro de 2011.

RISCO AMBIENTAL E SOCIAL

O Banco Santander implementou a Prática de Risco Socioambiental, que além da concessão de crédito, prevê a análise de questões socioambientais na aceitação de clientes.

A área analisa a gestão socioambiental do cliente verificando itens como áreas contaminadas, desmatamento, violações trabalhistas e outros problemas para os quais existe o risco de aplicação de penalidades.

Uma equipe especializada com formação em Biologia, Geologia, Engenharia Ambiental e Química monitora as práticas socioambientais dos clientes, e uma equipe de analistas financeiros estuda a probabilidade de danos relacionados a tais práticas que podem afetar as garantias e a condição financeira dos clientes do Banco.



DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O último trimestre de 2010 fechou com grandes avanços, mostrando que o tema - Desenvolvimento Sustentável - tem sido tratado de forma estratégica pela Organização. Entre os destaques das áreas de negócios, está o Santander Microcrédito, que fechou um de seus melhores anos: a carteira de crédito cresceu 35% e a base de clientes 10%.

As agências Santander inauguradas em 2010 contemplam a aplicação de técnicas de construção sustentável. O procedimento é padrão para todas as obras, algo pioneiro no mercado brasileiro. Além disso, neste ano foram re-certificados com a ISO 14001 sete prédios administrativos e a agência de Fernando de Noronha (PE). Em dezembro, a Torre Santander, em São Paulo, recebeu a certificação LEED CS (Leadership in Energy and Environmental Design Core and Shell), nível ouro. É o nosso segundo prédio a obter a certificação LEED. Atendendo ao compromisso de engajar um público cada vez maior, em 2010 as ações online do Espaço de Práticas em Sustentabilidade receberam quase um milhão de acessos. Já as presenciais totalizaram a participação de cerca de 2.500 pessoas (67% a mais que em 2009) e 920 organizações (um crescimento de 7%).

No mês de novembro de 2010, o Santander Universidades entregou 100 bolsas de estudos do Programa Formula Santander, com valor equivalente a 5 mil euros, que contou com a presença de Felipe Massa e D. Emilio Botín. A iniciativa promoverá o intercâmbio de pessoas, culturas e conhecimentos, além de fomentar a pesquisa e a tecnologia. O Santander Universidades Brasil encerra 2010 com 401 universidades conveniadas de um total de 933 no mundo.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

O modelo de governança corporativa adotado pelo Banco Santander caracteriza-se especialmente pela defesa dos direitos dos acionistas, com tratamento equitativo, e transparência. Além destes dois pilares fundamentais para sua gestão, o Banco Santander adota as recomendações realizadas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, abrangendo ainda, os princípios de prestação de contas e responsabilidade corporativa.

As práticas de Governança Corporativa do Banco Santander estão em constante aprimoramento, e neste contexto, foram aprovados no quarto trimestre de 2010, o Regimento Interno do Comitê de Nomeação e Remuneração, que dispõe sobre as regras gerais relativas à organização, funcionamento e estruturação das atividades do Comitê de Nomeação e Remuneração; a atualização da Política de Divulgação de Atos

ou Fatos Relevantes e de Negociação de Valores Mobiliários do Banco Santander e as alterações do Regimento Interno do Comitê de Auditoria visando o aperfeiçoamento da redação e o atendimento às novas exigências e requerimentos normativos.

O Banco Santander, como resultado das boas práticas de Governança Corporativa, foi selecionado em 2010 para integrar o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), da Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBovespa). Nele somente são listadas as empresas que se destacam por adotarem as melhores práticas, em termos econômicos e financeiros, socioambientais e de governança corporativa. As ações do Banco Santander também passaram a compor o IBOVESPA e o IBrX.

Em janeiro de 2011 passa a integrar o novo indicador da BM&FBovespa - IGCT - Índice de Governança Corporativa Trade. O índice vai refletir diariamente o desempenho das ações emitidas por companhias que voluntariamente adotam padrões de governança corporativa diferenciados.

Neste contexto de aprimoramento das práticas de Governança Corporativa, foi aprovada na Reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de setembro de 2010, a Política para Transações com Partes Relacionadas, que dispõe sobre as regras que devem ser observadas no caso de transações com partes relacionadas, visando assegurar a transparência e interesses do Banco Santander nas operações realizadas, e evitar conflitos de interesses.

De acordo com o regulamento do Nível 2 da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa), o Banco Santander está vinculado à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante no Estatuto Social. Em www.santander.com.br/ri na seção governança corporativa, pode-se encontrar uma completa descrição dos requisitos mínimos para ser listado no nível 2 de governança corporativa da BM&FBovespa.

Nos termos da Instrução CVM 480/09, em ata de reunião realizada em 02 de fevereiro de 2011, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras em BR Gaap relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

RESUMO DO BALANÇO PATRIMONIAL ¹

ATIVO (R\$ Milhões)	Dez/10	Set/10	Jun/10	Mar/10	Dez/09
Disponibilidade e reserva no Banco Central do Brasil	56.800	53.361	42.344	36.835	27.269
Ativos financeiros para negociação	24.821	23.738	35.902	23.133	20.116
Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	17.939	16.665	16.213	15.873	16.294
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito	292	654	1.076	1.225	1.907
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	3	221	232	389
Instrumentos de Dívida	224	223	210	208	211
Instrumentos de Patrimônio	17.423	15.785	14.706	14.208	13.787
Ativos financeiros disponíveis para venda	47.206	40.627	42.579	37.183	46.406
Empréstimos e financiamentos	174.107	169.250	156.804	150.003	152.163
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito	22.659	24.771	20.282	20.330	24.228
Empréstimos e adiantamentos a clientes	160.640	153.994	146.308	139.678	138.005
Provisão para perdas	(9.192)	(9.515)	(9.786)	(10.005)	(10.070)
Ativos tangíveis	4.518	4.212	3.977	3.835	3.702
Ativos intangíveis	31.962	31.667	31.630	31.587	31.618
Ágio	28.312	28.312	28.312	28.312	28.312
Outros Intangíveis	3.650	3.355	3.318	3.275	3.306
Ativo fiscal	14.842	15.258	15.250	14.834	15.779
Outros ativos	2.468	2.853	2.547	2.766	2.625
Derivativos utilizados como <i>hedge</i>	116	104	107	133	163
Ativos não correntes para venda	67	86	93	41	171
Participações em Coligadas	371	440	429	423	419
Outros	1.914	2.223	1.918	2.169	1.872
Total do Ativo	374.663	357.631	347.246	316.049	315.972

PASSIVO (R\$ Milhões)	Dez/10	Set/10	Jun/10	Mar/10	Dez/09
Passivos financeiros para negociação	4.785	5.014	4.668	4.505	4.435
Passivos financeiros ao custo amortizado	253.341	237.859	232.373	203.499	203.567
Depósitos do Banco Central do Brasil	-	-	-	117	240
Depósitos de instituições de crédito	42.392	41.361	47.784	24.092	20.956
Depósitos de clientes ²	167.949	159.426	150.378	147.287	149.440
Títulos de dívida e valores mobiliários	20.087	14.944	12.168	11.271	11.439
Dívidas subordinadas	9.695	9.432	10.082	9.855	11.304
Outros passivos financeiros	13.218	12.696	11.961	10.877	10.188
Passivos por contratos de seguros	19.643	17.893	16.693	16.102	15.527
Provisões ³	9.395	9.910	9.662	9.881	9.480
Passivos fiscais	10.530	10.047	9.199	8.516	9.457
Outros passivos	3.605	3.829	3.032	2.817	4.240
Derivativos utilizados como <i>hedge</i>	-	17	42	37	10
Outros passivos	3.605	3.812	2.988	2.778	4.228
Outros passivos financeiros ao valor justo no resultado	-	-	2	2	2
Total do passivo	301.299	284.552	275.627	245.320	246.706
Total do patrimônio líquido ⁴	73.364	73.079	71.619	70.729	69.266
Total do passivo e patrimônio líquido	374.663	357.631	347.246	316.049	315.972

1. Balanço Patrimonial Contábil não auditado

2. Inclui operações compromissadas.

3. Inclui provisões para pensões e contingências.

4. Inclui participação dos acionistas minoritários e ajuste de valor ao mercado



RESUMO DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO GERENCIAL

Para melhor compreensão dos resultados em IFRS, apresentamos a demonstração de resultado gerencial que difere da demonstração contábil não auditada devido ao ajuste do *hedge* fiscal dos investimentos na agência de Cayman. Reclassificamos para a linha de ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros líquidos, o efeito fiscal do *hedge* que é contabilizado originalmente na linha de impostos. Abaixo, apresentamos por trimestre os resultados do *hedge* fiscal que são reclassificados na demonstração de resultado gerencial.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO GERENCIAL - AJUSTADA PELO HEDGE FISCAL DE CAYMAN (R\$ Milhões)	4T10	3T10	2T10	1T10	4T09	3T09	2T09	1T09
Receitas com juros e similares	11.189	10.603	9.839	9.278	9.841	9.731	9.775	9.996
Despesas com juros e similares	(4.829)	(4.566)	(3.974)	(3.445)	(3.991)	(4.075)	(4.286)	(4.824)
Margem líquida com juros	6.360	6.037	5.865	5.833	5.850	5.656	5.489	5.172
Resultado de renda variável	32	2	14	4	8	7	8	7
Resultado de equivalência patrimonial	10	11	13	10	5	33	52	205
Comissões líquidas	1.726	1.776	1.710	1.622	1.666	1.556	1.573	1.443
Receita de tarifas e comissões	2.034	2.029	1.929	1.841	1.888	1.797	1.799	1.664
Despesas de tarifas e comissões	(308)	(253)	(219)	(219)	(222)	(241)	(226)	(221)
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos) + diferenças cambiais	233	472	290	608	306	240	459	514
Outras receitas (despesas) operacionais	(138)	(105)	(60)	(45)	(59)	106	(110)	(53)
Total de receitas	8.223	8.193	7.832	8.032	7.776	7.598	7.471	7.288
Despesas gerais	(2.952)	(2.849)	(2.774)	(2.655)	(2.893)	(2.674)	(2.649)	(2.731)
Despesas administrativas	(1.274)	(1.373)	(1.357)	(1.300)	(1.423)	(1.345)	(1.297)	(1.371)
Despesas de pessoal	(1.678)	(1.476)	(1.417)	(1.355)	(1.470)	(1.329)	(1.352)	(1.360)
Depreciação e amortização	(349)	(309)	(293)	(286)	(265)	(339)	(328)	(317)
Provisões (líquidas) ¹	(381)	(674)	(290)	(629)	(482)	(1.190)	(1.250)	(559)
Perdas com ativos (líquidas)	(1.816)	(1.818)	(2.214)	(2.407)	(2.125)	(3.844)	(2.518)	(2.381)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa ²	(1.768)	(1.811)	(2.251)	(2.403)	(2.148)	(3.008)	(2.467)	(2.360)
Perdas com outros ativos (líquidas)	(48)	(7)	37	(4)	23	(836)	(51)	(21)
Ganhos líquidos na alienação de bens	(60)	35	48	117	34	2.280	1.040	49
Lucro operacional antes da tributação	2.665	2.578	2.309	2.172	2.045	1.831	1.766	1.349
Impostos sobre a renda	(747)	(643)	(543)	(409)	(454)	(359)	(153)	(517)
Lucro líquido	1.918	1.935	1.766	1.763	1.591	1.472	1.613	832

1. Inclui provisões trabalhistas, cíveis e fiscais.

2. Inclui recuperações de créditos baixados como prejuízo.

De acordo com as regras fiscais brasileiras, os ganhos (perdas) com a variação cambial (R\$/US\$) do investimento em dólar em Cayman não são tributáveis (dedutíveis). Esse tratamento fiscal leva a exposição cambial na linha de impostos. Uma posição de *hedge*, composta por derivativos, foi montada com o objetivo de tornar o Lucro Líquido protegido contra as variações cambiais relacionadas com esta exposição cambial na linha de impostos. Assim, a alíquota efetiva de impostos e o resultado com ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros ainda são impactados por variação na taxa de câmbio.

HEDGE FISCAL DE CAYMAN (R\$ Milhões)	4T10	3T10	2T10	1T10	4T09	3T09	2T09	1T09
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos) + diferenças cambiais	147	314	(140)	(49)	84	338	592	132
Impostos sobre a renda	(147)	(314)	140	49	(84)	(338)	(592)	(132)



ANEXOS

Informações Financeiras Não Auditadas
31 de Dezembro de 2010

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
INFORMAÇÕES FINANCEIRAS ADICIONAIS NÃO AUDITADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

ATIVO	2010	2009
DISPONIBILIDADES E RESERVAS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL	56.800.151	27.269.012
ATIVOS FINANCEIROS PARA NEGOCIAÇÃO	24.821.365	20.115.652
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	47.662	67.170
Instrumentos de dívida	16.472.413	12.554.035
Instrumentos de patrimônio	3.283.931	2.544.441
Derivativos	5.017.359	4.950.006
OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO NO RESULTADO	17.939.781	16.294.460
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	292.034	1.907.265
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	389.113
Instrumentos de dívida	224.388	210.973
Instrumentos de patrimônio	17.423.359	13.787.109
ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	47.206.019	46.406.120
Instrumentos de dívida	45.477.982	44.745.924
Instrumentos de patrimônio	1.728.037	1.660.196
EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS	174.106.525	152.162.954
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	22.658.520	24.228.143
Empréstimos e adiantamentos a clientes	151.366.561	127.934.811
Instrumentos de dívida	81.444	-
DERIVATIVOS UTILIZADOS COMO HEDGE	115.640	163.425
ATIVOS NÃO CORRENTES MANTIDOS PARA VENDA	66.821	171.464
PARTICIPAÇÕES EM COLIGADAS	370.586	419.122
ATIVO TANGÍVEL	4.518.109	3.701.769
ATIVO INTANGÍVEL	31.962.619	31.617.939
Ágio	28.312.236	28.312.236
Outros ativos intangíveis	3.650.383	3.305.703
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	14.842.066	15.779.222
Correntes	1.217.186	2.162.063
Diferidos	13.624.880	13.617.159
OUTROS ATIVOS	1.913.001	1.871.437
TOTAL DO ATIVO	374.662.683	315.972.576

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
INFORMAÇÕES FINANCEIRAS ADICIONAIS NÃO AUDITADAS
 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2010	2009
PASSIVOS FINANCEIROS PARA NEGOCIAÇÃO	4.784.653	4.434.734
Derivativos	4.755.314	4.401.709
Posições vendidas	29.339	33.025
OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO NO RESULTADO	-	1.795
Depósitos de instituições de crédito	-	1.795
PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO	253.340.771	203.567.734
Depósitos do Banco Central do Brasil	-	240.113
Depósitos de instituições de crédito	42.391.572	20.955.846
Depósitos de clientes	167.949.201	149.440.156
Obrigações por títulos e valores mobiliários	20.086.645	11.439.010
Dívidas subordinadas	9.695.105	11.304.445
Outros passivos financeiros	13.218.248	10.188.164
DERIVATIVOS UTILIZADOS COMO HEDGE	112	9.806
PASSIVOS POR CONTRATOS DE SEGURO	19.643.129	15.527.197
PROVISÕES	9.395.161	9.480.262
Provisões para fundos de pensões e obrigações similares	1.190.108	1.096.799
Provisões para passivos contingentes, compromissos e outras provisões	8.205.053	8.383.463
PASSIVOS FISCAIS	10.529.625	9.456.537
Correntes	6.249.466	5.588.680
Diferidos	4.280.159	3.867.857
OUTRAS OBRIGAÇÕES	3.605.838	4.227.768
TOTAL DO PASSIVO	301.299.289	246.705.833
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	72.571.563	68.706.363
Capital social	62.634.585	62.612.455
Reservas	6.094.885	2.161.302
Lucro do exercício atribuível à controladora	7.382.093	5.507.606
Menos: dividendos e remuneração	(3.540.000)	(1.575.000)
AJUSTES AO VALOR DE MERCADO	783.755	559.042
Ativos financeiros disponíveis para venda	949.597	791.966
Hedges de fluxo de caixa	(165.842)	(232.924)
PARTICIPAÇÕES NÃO-CONTROLADORAS	8.076	1.338
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	73.363.394	69.266.743
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	374.662.683	315.972.576

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010, 2009 E 2008
INFORMAÇÕES FINANCEIRAS ADICIONAIS NÃO AUDITADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto valores por ação)

	2010	2009	2008
Receitas com juros e similares	40.909.204	39.342.956	23.767.814
Despesas com juros e similares	(16.814.126)	(17.175.865)	(12.329.845)
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	24.095.078	22.167.091	11.437.969
Receitas de instrumentos de patrimônio	51.721	29.903	36.972
Resultado de equivalência patrimonial	43.942	295.414	112.330
Receitas de tarifas e comissões	7.833.293	7.148.164	4.809.014
Despesas de tarifas e comissões	(997.785)	(910.402)	(555.311)
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)	1.458.150	2.716.323	(1.286.113)
Ativos financeiros para negociação	1.159.058	2.032.272	(1.214.846)
Outros instrumentos financeiros ao valor justo no resultado	(26.828)	(10.132)	39.956
Instrumentos financeiros não mensurados pelo valor justo no resultado	254.162	755.916	320.307
Outros	71.758	(61.733)	(431.530)
Variações cambiais (líquidas)	416.900	(51.191)	1.475.779
Outras receitas (despesas) operacionais	(347.999)	(115.624)	(59.817)
TOTAL DE RECEITAS	32.553.300	31.279.678	15.970.823
Despesas administrativas	(11.230.602)	(10.947.217)	(7.184.937)
Despesas com pessoal	(5.926.176)	(5.510.972)	(3.548.162)
Outras despesas administrativas	(5.304.426)	(5.436.245)	(3.636.775)
Depreciação e amortização	(1.237.410)	(1.248.612)	(846.005)
Ativo tangível	(487.626)	(447.138)	(301.731)
Ativo intangível	(749.784)	(801.474)	(544.274)
Provisões (líquidas)	(1.974.326)	(3.480.693)	(1.230.317)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(8.233.810)	(9.966.404)	(4.099.284)
Empréstimos e recebíveis	(8.232.912)	(9.982.881)	(4.102.645)
Outros instrumentos financeiros não mensurados pelo valor justo no resultado	(898)	16.477	3.361
Perdas com outros ativos (líquidas)	(20.600)	(900.554)	(77.277)
Outros ativos intangíveis	(813)	(859.216)	(52.002)
Outros ativos	(19.787)	(41.338)	(25.275)
Resultado na alienação de bens não classificados como ativos não correntes mantidos para venda	(59.186)	3.369.301	6.611
Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda não classificados como operações descontinuadas	199.137	31.630	9.219
LUCRO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO	9.996.503	8.137.129	2.548.833
Imposto de renda	(2.613.929)	(2.629.165)	(170.207)
LUCRO LÍQUIDO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO	7.382.574	5.507.964	2.378.626
Lucro atribuível à Controladora	7.382.093	5.507.606	2.378.395
Lucro atribuível às participações não-controladoras	481	358	231
LUCRO POR AÇÃO (em Reais)			
Lucro básico e diluído por 1.000 ações (em Reais - R\$)			
Ações ordinárias	17,67	15,32	11,59
Ações preferenciais	19,44	16,85	12,75
Média ponderada das ações emitidas (em milhares) - básica e diluída			
Ações ordinárias	212.841.732	183.650.861	104.926.194
Ações preferenciais	186.202.385	159.856.132	91.168.064

**DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010, 2009 E 2008****INFORMAÇÕES FINANCEIRAS ADICIONAIS NÃO AUDITADAS**

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Patrimônio líquido atribuível à Controladora									
	Patrimônio Líquido						Ajustes ao valor de mercado	Total	Participações não-controladoras	Total patrimônio líquido
	Capital social	Reservas	Ações em Tesouraria	Lucro atribuído à Controladora	Dividendos e remuneração	Total patrimônio líquido				
Saldos em 31 de dezembro de 2007	8.331.448	701.800	-	1.902.999	(2.264.768)	8.671.479	1.537.044	10.208.523	57	10.208.580
Total das receitas e despesas reconhecidas	-	-	-	2.378.395	-	2.378.395	(1.023.427)	1.354.968	231	1.355.199
Outras mutações do patrimônio líquido										
Apropriação do lucro do exercício	-	1.902.999	-	(1.902.999)	-	-	-	-	-	-
Dividendos/remuneração	-	(2.264.768)	-	-	811.723	(1.453.045)	-	(1.453.045)	-	(1.453.045)
Aumento de capital	38.820.753	900.000	-	-	-	39.720.753	-	39.720.753	-	39.720.753
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	4.991	4.991
Saldos em 31 de dezembro de 2008	47.152.201	1.240.031	-	2.378.395	(1.453.045)	49.317.582	513.617	49.831.199	5.279	49.836.478
Total das receitas e despesas reconhecidas	-	-	-	5.507.606	-	5.507.606	45.425	5.553.031	358	5.553.389
Outras mutações do patrimônio líquido										
Apropriação do lucro do exercício	-	2.378.395	-	(2.378.395)	-	-	-	-	-	-
Dividendos/remuneração	-	(1.453.045)	-	-	(121.955)	(1.575.000)	-	(1.575.000)	-	(1.575.000)
Aumento de capital	15.460.254	-	-	-	-	15.460.254	-	15.460.254	(4.046)	15.456.208
Aquisição de ações próprias	-	-	(1.948)	-	-	(1.948)	-	(1.948)	-	(1.948)
Outros	-	(4.079)	1.948	-	-	(2.131)	-	(2.131)	(253)	(2.384)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	62.612.455	2.161.302	-	5.507.606	(1.575.000)	68.706.363	559.042	69.265.405	1.338	69.266.743
Total das receitas e despesas reconhecidas	-	-	-	7.382.093	-	7.382.093	224.713	7.606.806	481	7.607.287
Outras mutações do patrimônio líquido										
Apropriação do lucro do exercício	-	5.507.606	-	(5.507.606)	-	-	-	-	-	-
Dividendos/remuneração	-	(1.575.000)	-	-	(1.965.000)	(3.540.000)	-	(3.540.000)	-	(3.540.000)
Aumento de capital	22.130	(22.130)	-	-	-	-	-	-	-	-
Pagamento baseado em ações	-	20.976	-	-	-	20.976	-	20.976	-	20.976
Outros	-	2.131	-	-	-	2.131	-	2.131	6.257	8.388
Saldos em 31 de dezembro de 2010	62.634.585	6.094.885	-	7.382.093	(3.540.000)	72.571.563	783.755	73.355.318	8.076	73.363.394

ATIVOS FINANCEIROS
a) Classificação por categoria

A classificação por natureza e categoria para fins de avaliação dos ativos do Banco, exceto saldos relacionados com “Disponibilidades e Reservas no Banco Central do Brasil” e “Derivativos utilizados como Hedge”, em 31 de dezembro de 2010 e 2009 está demonstrada abaixo:

Em milhares de Reais

	2010				Total
	Ativos financeiros para negociação	Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	Ativos financeiros disponíveis para venda	Empréstimos e recebíveis	
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	47.662	292.034	-	22.658.520	22.998.216
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	-	151.366.561	151.366.561
Sendo:					
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto	-	-	-	160.558.323	160.558.323
Perda de valor recuperável (“impairment”)	-	-	-	(9.191.762)	(9.191.762)
Instrumentos de dívida	16.472.413	224.388	45.477.982	81.444	62.256.227
Instrumentos de patrimônio	3.283.931	17.423.359	1.728.037	-	22.435.327
Derivativos	5.017.359	-	-	-	5.017.359
Total	24.821.365	17.939.781	47.206.019	174.106.525	264.073.690

Em milhares de Reais

	2009				Total
	Ativos financeiros para negociação	Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	Ativos financeiros disponíveis para venda	Empréstimos e recebíveis	
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	67.170	1.907.265	-	24.228.143	26.202.578
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	389.113	-	127.934.811	128.323.924
Sendo:					
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto	-	389.113	-	138.005.290	138.394.403
Perda de valor recuperável (“impairment”)	-	-	-	(10.070.479)	(10.070.479)
Instrumentos de dívida	12.554.035	210.973	44.745.924	-	57.510.932
Instrumentos de patrimônio	2.544.441	13.787.109	1.660.196	-	17.991.746
Derivativos	4.950.006	-	-	-	4.950.006
Total	20.115.652	16.294.460	46.406.120	152.162.954	234.979.186

b) Ajustes de avaliação decorrentes de perda de valor recuperável dos ativos financeiros
Empréstimos e recebíveis

As variações nas provisões para perdas de valor recuperável dos ativos incluídos em “Empréstimos e recebíveis” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 foram as seguintes:

Em milhares de Reais

	2010	2009
Saldo no início do exercício	10.070.479	8.181.156
Provisão para perdas com ativos financeiros – Empréstimos e recebíveis	9.050.547	10.520.390
Baixa dos saldos não recuperáveis contra provisão para perdas registradas	(9.929.264)	(8.631.067)
Saldo no final do exercício	9.191.762	10.070.479
Recuperações de empréstimos baixados para prejuízo	817.635	537.509

Considerando os valores das “Recuperações de empréstimos baixados para prejuízo” e os reconhecidos em “Perda de valor recuperável contra o resultado” na tabela acima, as perdas de valor recuperável reconhecidas nas demonstrações do resultado em “Empréstimos e recebíveis” totalizaram R\$8.232.912 mil e R\$9.982.881 mil nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 respectivamente.

c) Ativos não recuperáveis

Os detalhes das variações no saldo dos ativos financeiros classificados como “Empréstimos e recebíveis” considerados como não recuperável devido ao risco de crédito nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 são os seguintes:

Em milhares de Reais

	2010	2009
Saldo no início do exercício	9.899.884	7.730.464
Adições líquidas	9.378.028	10.800.487
Ativos baixados	(9.929.264)	(8.631.067)
Saldo no final do exercício	9.348.648	9.899.884

PARTICIPAÇÕES EM COLIGADAS
a) Composição

Composição, por empresa, do saldo de "Participações em coligadas":

Em milhares de Reais	Participação em %		Investimentos		Resultados de equivalência patrimonial	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Norchem Holding e Negócios S.A.	21,75%	21,75%	22.325	24.056	1.780	2.870
Norchem Participações e Consultoria S.A.	50,00%	50,00%	28.525	28.918	2.432	1.297
	39,58%	39,58%	106.939	101.303	21.025	16.720
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil						
Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil	39,88%	39,88%	202.825	189.088	18.017	13.133
Celta Holding S.A. ⁽³⁾	-	26,00%	-	65.612	522	4.267
ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. ⁽²⁾	-	-	-	-	-	126.442
Companhia Brasileira de Meios de Pagamento - Visanet ⁽²⁾	-	-	-	-	-	115.796
Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização ⁽¹⁾	13,64%	13,64%	9.972	10.145	166	475
Outros ⁽²⁾	-	-	-	-	-	14.414
Total			370.586	419.122	43.942	295.414

(1) Embora a participação fosse inferior a 20%, o Banco presumiu influência significativa sobre essa participação, que foi comprovada devido à representação do Banco no Conselho de Administração da investida e à participação no processo de elaboração de políticas, incluindo participação em decisões sobre dividendos e transações significativas entre o Banco e a investida.

(2) Investimentos alienados em 2009.

(3) Investimento alienado em 2010.

ATIVO INTANGÍVEL - ÁGIO

O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade, pelo menos uma vez por ano ou em menor período, no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável do ativo e foi alocado de acordo com os segmentos operacionais.

A base utilizada para o teste de recuperabilidade é o valor em uso, para este efeito, a Administração estima o fluxo de caixa que está sujeito a vários fatores, como: (i) projeções macro-econômicas de taxa de juros, inflação, taxa de câmbio e outras; (ii) comportamento e estimativas de crescimento do sistema financeiro nacional; (iii) aumento dos custos, retornos, sinergias e plano de investimentos; (iv) comportamento dos clientes; e (v) taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade. A adoção dessas estimativas envolve à probabilidade de ocorrência de eventos futuros e a alteração de algum destes fatores poderia ter um resultado diferente.

Baseado nas premissas descritas acima não foi identificada perda do valor recuperável do ágio em 2010 e 2009.

Em milhares de Reais	2010	2009
Composição:		
Banco ABN Amro Real S.A.	27.217.565	27.217.565
Real Seguros Vida e Previdência	1.094.671	1.094.671
Total	28.312.236	28.312.236
Segmento operacional:		
Banco Comercial	27.217.565	27.217.565
Gestão de Ativos e Seguros	1.094.671	1.094.671
Total	28.312.236	28.312.236
Principais premissas:		
Base de avaliação	Valor em uso: fluxos de caixa	
Período das projeções dos fluxos de caixa ⁽¹⁾	10 anos	3 anos
Taxa de crescimento	5,0%	4,5%
Taxa de desconto ⁽²⁾	15,5%	15,2%

(1) As projeções de fluxo de caixa são baseadas no orçamento interno e planos de crescimento da administração, considerando dados históricos, expectativas e condições de mercado tais como o crescimento da indústria, taxa de juros e índices de inflação.

(2) A taxa de desconto é calculada com base no modelo de precificação de ativos de capital (CAPM).

Foi realizado teste de sensibilidade das principais premissas, possíveis de mudança razoável, e não foi identificada perda do valor recuperável do ágio.

A movimentação do ágio no período findo em 31 de dezembro de 2010 e 2009 está apresentada abaixo:

Em milhares de Reais	2010	2009
Saldo no início do exercício	28.312.236	27.488.426
Aquisições:		
Banco ABN Amro Real S.A. ⁽¹⁾	-	124.684
Real Seguros Vida e Previdência	-	1.094.671
Alienações:		
Banco ABN Amro Real S.A. ⁽²⁾	-	(395.545)
Saldo no final do exercício	28.312.236	28.312.236

(1) inclui o montante de R\$124.684 mil ajustado em 30 de junho de 2009, relacionado a determinação final do valor justos, conforme permitido pelo IFRS 3.

(2) Inclui a baixa de parte do ágio referente aos investimentos na ABN Amro Brasil Dois Participações S.A. e Companhia Brasileira de Meios de Pagamento - Visanet.

PASSIVOS FINANCEIROS
a) Classificação por categoria

A classificação, por natureza e categoria para fins de avaliação, dos passivos financeiros do Banco que não aqueles incluídos em "Derivativos utilizados como Hedge", em 31 de dezembro de 2010 e 2009:

Em milhares de Reais

	2010			Total
	Passivos financeiros para negociação	Outros passivos financeiros ao valor justo no resultado	Passivos financeiros ao custo amortizado	
Depósitos de instituições de crédito	-	-	42.391.572	42.391.572
Depósitos de clientes	-	-	167.949.201	167.949.201
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	-	20.086.645	20.086.645
Derivativos para negociação	4.755.314	-	-	4.755.314
Dívidas subordinadas	-	-	9.695.105	9.695.105
Posições vendidas	29.339	-	-	29.339
Outros passivos financeiros	-	-	13.218.248	13.218.248
Total	4.784.653	-	253.340.771	258.125.424

Em milhares de Reais

	2009			Total
	Passivos financeiros para negociação	Outros passivos financeiros ao valor justo no resultado	Passivos financeiros ao custo amortizado	
Depósitos do Banco Central do Brasil	-	-	240.113	240.113
Depósitos de instituições de crédito	-	1.795	20.955.846	20.957.641
Depósitos de clientes	-	-	149.440.156	149.440.156
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	-	11.439.010	11.439.010
Derivativos para negociação	4.401.709	-	-	4.401.709
Dívidas subordinadas	-	-	11.304.445	11.304.445
Posições vendidas	33.025	-	-	33.025
Outros passivos financeiros	-	-	10.188.164	10.188.164
Total	4.434.734	1.795	203.567.734	208.004.263

PROVISÕES
a) Composição

A composição do saldo do item "Provisões" é a seguinte:

Em milhares de Reais

	2010	2009
Provisões para fundos de pensões e obrigações similares	1.190.108	1.096.799
Provisões para contingências, compromissos e outras provisões ⁽¹⁾	8.205.053	8.383.463
Total	9.395.161	9.480.262

(1) Inclui basicamente provisões para contingências fiscais e outras contingências legais, cíveis e trabalhistas.

b) Provisões para passivos contingentes, compromissos e outras provisões

O Banco Santander e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Santander tem por política provisionar integralmente o valor das ações cuja avaliação é de perda provável.

As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais.

i. Obrigações legais e contingências tributárias e previdenciárias

Em novembro de 2009, o Banco e suas entidades controladas aderiram ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários e previdenciários instituídos pela Lei 11.941/2009. Os principais processos incluídos nesse programa foram: (i) Dedutibilidade da CSLL no IRPJ, no qual as entidades do consolidado pleiteavam a dedutibilidade da CSLL na apuração do IRPJ; (ii) CSLL - isonomia de alíquotas no qual as instituições financeiras do consolidado pretendiam afastar a aplicação da alíquota majorada da CSLL (18% e 30%) em comparação com empresas não financeiras (8% e 10%) e (iii) IRPJ simultaneidade, no qual a ABN Leasing pretendia compatibilizar para fins de IRPJ as despesas de depreciação no mesmo período do reconhecimento das receitas de contraprestação de arrendamento mercantil.

Considerando o estabelecido na regulamentação da referida Lei, os efeitos contábeis no caso dos processos fiscais e previdenciários incluídos na modalidade de pagamento à vista foram registrados no momento da adesão ao programa.

O Banco e suas controladas aderiram também ao parcelamento dos débitos fiscais e previdenciários, os quais poderão ser liquidados em momento posterior após a consolidação formal dos débitos, a ser realizada junto à Receita Federal do Brasil (RFB), nos termos da regulamentação do programa. Assim, nenhum efeito contábil foi reconhecido no caso dessa modalidade de parcelamento uma vez que não foi concretizada a consolidação formal dos débitos, e portanto, não foi possível identificar e quantificar os processos a serem incluídos no programa, bem como seus efeitos contábeis.

Os principais processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias que remanescem após a aplicação da Lei 11.941/2009 são:

- PIS e Cofins - R\$5.119.731 mil (31 de dezembro de 2009 - R\$3.734.078 mil): diversas empresas do consolidado interpuseram medida judicial com vistas a afastar a redação do art. 3, §1, da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e da Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas. Antes da referida norma, já afastada em decisões do Supremo Tribunal Federal, eram tributadas apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias.
- CSLL - Isonomia de Alíquotas - R\$278.194 mil (31 de dezembro de 2009 - R\$258.985 mil): refere-se aos processos judiciais ingressados por empresas do consolidado que questionam a aplicação da alíquota majorada da CSLL (18% - 30%) aplicada às instituições financeiras em comparação com empresas não financeiras (8% - 10%). Estes processos não foram objeto da aplicação da Lei 11.941/2009.
- Majoração de Alíquota da CSLL - R\$848.734 mil (31 de dezembro de 2009 - R\$548.550 mil): o Banco e demais instituições do consolidado distribuíram Mandado de Segurança visando afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela Medida Provisória 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a nova legislação estabeleceu a alíquota de 15%.
- ISS - Instituições Financeiras - R\$473.371 mil (31 de dezembro de 2009 - R\$268.845 mil): refere-se a discussões nas diversas empresas em processos judiciais e administrativos frente a vários municípios, que exigem o pagamento do ISS, sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços.
- INSS - R\$259.526 mil (31 de dezembro de 2009 - R\$209.045 mil): refere-se a discussões nas diversas empresas em processos administrativos e judiciais que visam a cobrança da contribuição previdenciária e do salário-educação sobre verbas que normalmente não possuem natureza salarial.
- Provisão para Devedores Duvidosos (PDD) - R\$203.697 mil (31 de dezembro de 2009 - R\$209.559 mil): cobrança de IRPJ e CSLL incidentes sobre Provisão para Devedores Duvidosos, decorrente da dedução, considerada indevida pelas autoridades fiscalizadoras, no ano calendário de 1995 sob a alegação de que os critérios fiscais vigentes não foram observados.

ii. Contingências trabalhistas

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas, incluindo processos relacionados à benefícios de aposentadoria.

Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com o depósito judicial efetuado no processo ou são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas com base na situação de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

iii. Contingências cíveis

São processos judiciais relacionados a ações cíveis classificadas, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável e provisionados contabilmente.

Ações de Caráter Indenizatório: referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, cobrança e empréstimos e outros assuntos. Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, no curso normal das atividades do Banco, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base na fase de cada processo, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito efetuada pelos assessores jurídicos.

Planos Econômicos - ações de cobrança relativas aos expurgos inflacionários em caderneta de poupança e contas de depósitos judiciais decorrentes de Planos Econômicos (Bresser, Verão, Collor I e II). Referem-se a discussões judiciais promovidas pelos detentores de cadernetas de poupança, questionando o rendimento creditado pelo Banco Santander em razão da instituição de tais planos por entenderem que as modificações legislativas violaram direitos adquiridos relativos a aplicação de índices inflacionários. As ações são provisionadas com base na média histórica dos pagamentos efetuados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base na fase de cada processo, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito efetuada pelos assessores jurídicos. O Banco Santander, também, é parte em ações civis públicas, sobre a mesma matéria, ajuizadas por entidades de defesa do consumidor, pelo Ministério Público ou por Defensorias Públicas. Nesses casos, a constituição de provisão é feita somente após o trânsito em julgado dessas ações, tendo como base os pedidos de execução individual. A jurisprudência do Superior Tribunal da Justiça (STJ) foi consolidada contrária aos bancos no que se refere aos planos Bresser, Verão e Collor II e favorável quanto ao Collor I. A questão está ainda sob análise no STF, tendo sido determinada a suspensão de todas as ações que não tenham sentença ou em fase de execução definitiva. Existe jurisprudência no STF favorável aos bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da poupança, como no caso da correção de depósitos a prazo (CDB) e das correções aplicadas aos contratos (tablita). Além disso, a jurisprudência do STF já se consolidou favorável à constitucionalidade das normas que modificaram o padrão monetário do Brasil. No STJ, recentemente, foi decidido também que o prazo para a propositura de ações civis públicas que discutem os expurgos é de 5 anos. Com essa decisão, grande parte das ações, como foram propostas após o prazo de 5 anos, provavelmente, serão julgadas improcedentes, diminuindo os valores envolvidos. O Banco Santander acredita no sucesso das teses defendidas perante esses tribunais por seu conteúdo e fundamento.

iv. Outras ações judiciais de responsabilidade de ex-controladores

Referem-se a ações de naturezas fiscais, trabalhistas e cíveis, nos montantes de R\$455.841 mil, R\$30.764 mil e R\$7.180 mil (31 de dezembro de 2009 - R\$430.357 mil, R\$61.141 mil e R\$33.601 mil), de responsabilidade dos ex-controladores dos bancos adquiridos e das seguradoras adquiridas pela Santander Seguros. As ações possuem garantias com base nos contratos firmados na ocasião das respectivas compras no montante de R\$493.785 mil (31 de dezembro de 2009 - R\$525.099 mil). Essas ações não produzem efeitos patrimoniais para o Banco.

v. Passivos contingentes classificados como risco de perda possível

São processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente. Os principais processos são:

- CPMF em Operações de Clientes - em maio de 2003, a Receita Federal do Brasil emitiu um auto de infração em face da Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Santander DTVM), atual Produban Serviços de Informática S.A. e outro auto em face do extinto Banco Santander Brasil S.A., ambos no montante de R\$290 milhões. O objeto dos autos foi a cobrança de crédito tributário relativo à CPMF sobre operações efetuadas pela Santander DTVM na administração de recursos de seus clientes e serviços de compensação prestados pelo Banco para a Santander DTVM, conforme acordo entre essas duas companhias, durante os anos de 2000 e 2001 e os dois primeiros meses de 2002. Ambas sociedades consideraram que o tratamento fiscal adotado era adequado uma vez que as referidas operações estavam sujeitas à CPMF pela alíquota zero. O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), antigo Conselho de Contribuintes julgou os processos administrativos anulando o auto da Santander DTVM e mantendo o do Banco. Ambos processos administrativos aguardam julgamento final pelo CARF. O valor envolvido atualizado de cada uma das ações é de aproximadamente R\$537 milhões.

- IRPJ e CSLL sobre Ressarcimentos Decorrentes de Garantias Contratuais - autos de infração lavrados pela RFB contra o Banco Santander para a cobrança de IRPJ e CSLL, anos-base 2002 a 2006, sobre valores ressarcidos por seu antigo controlador, em decorrência de pagamentos efetuados pelo Banco Santander, mas que cabiam ao ex-controlador, cujos atos de gestão deram causa à obrigação então quitada. A Fiscalização entendeu que os valores depositados em favor do Banco Santander correspondem a "renda tributável". Em dezembro de 2010, as Autoridades Fiscais lavraram autos de infração relativamente aos períodos-base 2005 e 2006. Referidos autos de infração foram objeto de recurso administrativo uma vez que o Banco não auferiu "renda tributável" e não teve nenhum acréscimo patrimonial decorrente desses pagamentos. Os processos administrativos aguardam julgamento. O valor envolvido atualizado é de aproximadamente R\$597 milhões.

- Adicional do Preço na Compra das Ações do Banco do Estado de São Paulo S.A. - Banespa - proposição de ação ordinária com o objetivo de ver declarada a inexistência de relação jurídica frente ao Tesouro Nacional em relação ao item 3.1 do Contrato de Compra e Venda de Ações do Banespa. O referido item previa o pagamento de acréscimo ao preço mínimo, caso o Banespa viesse a ser desonerado de contingência de natureza fiscal reconhecida na época da privatização quando da fixação do preço mínimo. Após decisão em primeira instância desfavorável, em 23 de abril de 2008, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região acolheu recurso de apelação do Banco e declarou a cobrança indevida. No momento, aguarda julgamento de recurso interposto pela União. O valor envolvido atualizado é de aproximadamente R\$379 milhões.

- Perdas em Operações de Crédito - visa desconstituir os autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil, sob a alegação de que as empresas deduziram indevidamente das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL as perdas em operações de crédito, uma vez que não teriam atendido as condições e os prazos previstos na legislação vigente. O valor envolvido atualizado é de aproximadamente R\$245 milhões.

- CSLL - Inconstitucionalidade - Desenquadramento da Anistia da Lei 9.779/1999 - questiona-se que Entidades que aderiram à anistia não cumpriram a totalidade de requisitos estabelecidos naquela lei, sob a alegação de que não possuíam medida judicial abarcando todos os períodos pagos (1989 a 1999). Os processos administrativos e judicial aguardam julgamento. O valor envolvido atualizado é de aproximadamente R\$177 milhões.

- CSLL - Anterioridade – Emenda Constitucional 10 de 1996 - pleito em relação à diferença de alíquota da CSLL, exigida das instituições financeiras e entidades equiparadas relacionada ao primeiro semestre de 1996, tendo em vista que a mesma era superior às aplicadas às pessoas jurídicas em geral, não observando o princípio constitucional da anterioridade e irretroatividade. Há processo aguardando julgamento de primeira instância e outros recursos pendentes de decisão. O valor envolvido atualizado é de aproximadamente R\$161 milhões.

- CSLL - Decisão Favorável Transitada em Julgado - visa afastar a exigência do crédito tributário formalizado pela Receita Federal do Brasil, referente a supostas irregularidades no recolhimento da CSLL. O Banco possui decisão judicial transitada em julgado, afastando a exigência da CSLL nos termos das Leis 7.689/1988 e 7.787/1989 no período exigido pela RFB. Está pendente de decisão definitiva na esfera judicial. O valor envolvido atualizado é de aproximadamente R\$156 milhões.

- IRPJ/CSLL – Ganho de Capital - a Receita Federal do Brasil emitiu auto de infração contra a Santander Seguros (incorporadora da ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A.) para exigir supostos débitos de IRPJ e CSLL referentes ao ano-base 2005, por entender que teria havido tributação por uma alíquota inferior à supostamente devida quando da alienação pela ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. das participações acionárias detidas na Real Seguros S.A. e na Real Vida e Previdência S.A. O auto de infração foi objeto de recurso na esfera administrativa pois o entendimento da Administração é de que o tratamento fiscal adotado na operação estava em consonância com a legislação fiscal então vigente e o ganho de capital foi adequadamente tributado. O processo administrativo aguarda julgamento. O valor envolvido é de R\$197 milhões.

- Gratificação Semestral ou Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) - ação na esfera trabalhista referente ao pagamento de gratificação semestral ou, sucessivamente, PLR aos empregados aposentados do extinto Banco do Estado de São Paulo S.A. - Banespa, admitidos até 22 de maio de 1975, movida por Associação de Aposentados do Banespa. A ação foi julgada pelo Tribunal Superior do Trabalho e o Banco ingressou com os recursos cabíveis. O valor envolvido não é divulgado em razão da atual fase processual do caso e de potencialmente poder afetar o andamento da ação.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a) Capital social

O capital integralizado é representado por 399.044.117 mil ações escriturais sem valor nominal, sendo 212.841.732 mil ações ordinárias e 186.202.385 mil ações preferenciais.

A AGE de 27 de abril de 2010 aprovou o aumento de capital no valor de R\$22.130 mil, sem emissão de novas ações, mediante a incorporação de reservas de capital, cuja homologação ocorreu em 24 de junho de 2010 pelo Bacen.

Em 13 de outubro de 2009, em decorrência da Oferta Global de Ações, foi aumentado o Capital Social do Banco Santander em 525.000.000 Units (totalizando 55.125.000 mil ações, 28.875.000 mil ações ordinárias e 26.250.000 mil ações preferenciais), sendo que cada Unit representa 55 ações ordinárias e 50 ações preferenciais, todas escriturais e sem valor nominal. Em 29 de outubro de 2009 a quantidade inicialmente ofertada foi acrescida em 6,85%, ou seja, 35.955.648 Units (3.775.343 mil ações, das quais 1.977.561 mil ações ordinárias e 1.797.782 mil ações preferenciais). Os aumentos de capital totalizaram R\$ 12.988.842 mil líquidos dos custos de emissão de R\$ 193.616 mil.

A AGE de 14 de agosto de 2009, aprovou o aumento do capital social do Banco Santander em R\$2.471.413 mil, mediante a emissão de 14.410.886 mil ações, (7.710.343 mil ações ordinárias e 6.700.543 mil ações preferenciais), todas escriturais e sem valor nominal, relacionado a incorporação de ações da Santander Seguros, da Santander Brasil Asset e do BCIS.

A AGE de 29 de agosto de 2008, aprovou o aumento de capital no valor de R\$38.920.753 mil, dos quais R\$38.020.753 mil foram destinados à conta de capital social e R\$900.000 mil à conta de reservas de capital, mediante a emissão de 189.300.327 mil ações (101.282.490 mil ações ordinárias e 88.017.837 mil ações preferenciais), todas escriturais e sem valor nominal, relacionado a incorporação de ações do Banco Real e da AAB Dois Par ao patrimônio do Banco Santander. A operação de incorporação de ações e o aumento de capital foram homologados pelo Bacen em 27 de janeiro de 2009.

Em 25 de julho de 2008, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital de 3.689.477 mil ações (1.974.003 mil ações ordinárias e 1.715.474 mil ações preferenciais) no montante de R\$800.000 mil.

b) Ações em tesouraria

Em fevereiro de 2009, o Banco adquiriu 25.395 mil ações de sua própria emissão pelo valor de R\$1.948 mil. Em agosto de 2009, foi deliberado em Assembleia Geral Extraordinária, o cancelamento das ações mantidas em tesouraria, sem redução do capital social, mediante a absorção de R\$1.948 mil da conta de reservas de capital.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto e não poderão ser convertidas em ações ordinárias, mas conferem todos os demais direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além da prioridade na distribuição dos dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias e no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de dissolução do Banco Santander.

Os dividendos foram e continuarão a ser calculados e pagos de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

Antes da Assembleia Anual dos Acionistas, o Conselho de Administração pode deliberar sobre a declaração de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em: (i) balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial ou (ii) balanços patrimoniais emitidos em períodos inferiores a seis meses, em cujo caso o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o valor das reservas de capital. Esses dividendos são imputados integralmente ao dividendo obrigatório.

	2010			
	Em milhares de Reais ⁽⁹⁾	Reais por milhares de ações / Units		
		Ordinárias	Preferenciais	Units
Juros sobre o Capital Próprio ⁽¹⁾⁽⁴⁾	400.000	0,9577	1,0535	105,3477
Dividendos Intercalares ⁽²⁾⁽⁴⁾	500.000	1,1917	1,3168	131,6847
Juros sobre o Capital Próprio ⁽³⁾⁽⁴⁾	400.000	0,9577	1,0535	105,3477
Juros sobre o Capital Próprio ⁽⁵⁾⁽⁸⁾	530.000	1,2690	1,3959	139,5858
Juros sobre o Capital Próprio ⁽⁶⁾⁽⁸⁾	430.000	1,0295	1,1325	113,2488
Dividendos Intercalares ⁽⁷⁾⁽⁸⁾	1.280.000	3,0647	3,3711	337,1128
Total Acumulado em 31 de dezembro de 2010	3.540.000			

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em março de 2010, ordinárias - R\$0,8141, preferenciais - R\$0,8955 e Units - R\$89,5456, líquidos de impostos.

(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em junho de 2010.

(3) Deliberados pelo Conselho de Administração em junho de 2010, ordinárias - R\$0,8141, preferenciais - R\$0,8955 e Units - R\$89,5456, líquidos de impostos.

(4) O valor dos juros sobre o capital próprio e dos dividendos intercalares foram pagos em 25 de agosto de 2010.

(5) Deliberados pelo Conselho de Administração em setembro de 2010, ordinárias - R\$1,0786, preferenciais - R\$1,1865 e Units - R\$118,6479, líquidos de impostos.

(6) Deliberados pelo Conselho de Administração em Dezembro de 2010, ordinárias - R\$0,8751, preferenciais - R\$0,9626 e Units - R\$96,2615, líquidos de impostos.

(7) Deliberados pelo Conselho de Administração em Dezembro de 2010.

(8) O valor dos juros sobre o capital próprio e dividendos serão pagos a partir de 25 de fevereiro de 2011, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(9) O valor dos dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio serão imputados integralmente aos dividendos obrigatórios, do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

	Em milhares de Reais ⁽⁵⁾	2009		
		Reais por milhares de ações / Units		
		Ordinárias	Preferenciais	Units
Juros sobre o Capital Próprio ⁽¹⁾	340.000	0,9974	1,0972	n.a.
Juros sobre o Capital Próprio ⁽²⁾	285.000	0,8361	0,9197	n.a.
Dividendos Intermediários ⁽³⁾	327.400	0,7839	0,8623	86,2271
Dividendos Intercalares ⁽³⁾	422.600	1,0118	1,1130	111,2999
Juros sobre o Capital Próprio ⁽³⁾⁽⁴⁾	200.000	0,4789	0,5267	52,6738
Total Acumulado em 31 de dezembro de 2009	1.575.000			

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em abril de 2009, Ordinárias - R\$0,8478 e Preferenciais - R\$0,9326, líquidos de impostos.

(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em junho de 2009, Ordinárias - R\$0,7107 e Preferenciais - R\$0,7817, líquidos de impostos.

(3) Deliberados pelo Conselho de Administração em dezembro de 2009.

(4) Ordinárias - R\$0,4070 e Preferenciais - R\$0,4477, líquidos de impostos e Units R\$44,7728.

(5) O valor dos dividendos intermediários, dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio foram imputados integralmente ao dividendos obrigatórios do resultado do exercício findo 31 de dezembro de 2009 e foram pagos em 22 de fevereiro de 2010, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

d) Acordo para incorporação de sócio estratégico no Brasil e América Latina

Em 28 de outubro de 2010, nos termos do Contrato de Aquisição de Títulos Permutáveis, celebrado entre o Banco Santander Espanha e a Qatar Holding Luxembourg II S.à r.l (QHL) foi subscrito e integralizado pela QHL o montante de US\$2.718,8 milhões em títulos emitidos pelo Banco Santander Espanha. Referidos títulos são obrigatoriamente permutáveis em ações do Banco Santander e equivalem a 5,00024% de seu capital social. São remunerados a juros de 6,75% ao ano em dólares e possuem vencimento em 29 de outubro de 2013.

Este investimento reflete a incorporação de QHL como um sócio estratégico do Grupo Santander Espanha no Brasil e no restante da América Latina. Esta operação permitirá ao Banco Santander avançar em seu compromisso de atingir "free float" de 25% do seu capital social antes do fim do ano de 2014.

Até a presente data, exceto pelos títulos permutáveis, QHL não possui, direta ou indiretamente, quaisquer ações, bônus de subscrição, direitos de subscrição ou opções em relação ao capital social do Banco Santander.

e) Programa de Recompra de Units

Em 9 de novembro de 2010, o Conselho de Administração aprovou o Programa de Recompra de Units de emissão do Banco Santander (Programa de Recompra), para manutenção em tesouraria e posterior alienação. O Programa de Recompra abrangerá a aquisição de até 1.452.282 Units, representativas de 79.875.510 ações ordinárias e 72.614.100 ações preferenciais, correspondendo, em 30 de setembro de 2010, a aproximadamente 0,21% do total de ações em circulação, conforme definido na Instrução CVM 10. A recompra tem por único objetivo viabilizar o gerenciamento de risco decorrente da prestação, pelo Banco Santander, dos serviços de formador de mercado ("market maker") de certos fundos de índice, sempre que as Units estiverem incluídas na carteira teórica do índice de referência de tais fundos. As Units recompradas serão utilizadas pelo Banco Santander exclusivamente para proteção "hedge" contra a oscilação de preços dos valores mobiliários que compõem o índice de referência, e deverão ser compradas e vendidas em consonância com a política de gerenciamento de riscos do Banco Santander. As Units deverão ser adquiridas em bolsa de valores, a preço de mercado, através da Santander CCVM.

SEGMENTOS OPERACIONAIS

De acordo com o IFRS 8, um segmento operacional é um componente de uma entidade:

(a) Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade).

(b) Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho.

(c) Para as quais informações financeiras opcionais estejam disponíveis.

O Banco identificou, com base nessas diretrizes, os seguintes segmentos de negócios como sendo os seus segmentos operacionais:

- Banco Comercial.
- Banco de Atacado Global.
- Gestão de Ativos e Seguros.

O segmento de Banco Comercial engloba todo o negócio de banco comercial (exceto o negócio Corporate Banking gerenciado globalmente com base no Global Relationship Model - Modelo Global de Relacionamento). O segmento de Gestão de Ativos e Seguros inclui os aportes para o Banco decorrentes da concepção e gestão dos negócios de fundos de investimento, previdência privada e seguros das diversas unidades. O segmento de Banco de Atacado Global reflete os retornos desse negócio, do negócio do Banco de Investimento e Mercados, inclusive todos os departamentos de tesouraria e negócios com ações gerenciados globalmente.

As demonstrações do resultado condensadas e outros dados significativos são os seguintes:

Em milhares de Reais

Demonstração (Condensada) do Resultado	2010			Total
	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Gestão de Ativos e Seguros	
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	21.301.329	2.501.318	292.431	24.095.078
Receitas de instrumentos de patrimônio	51.721	-	-	51.721
Resultado de equivalência patrimonial	43.942	-	-	43.942
Receita líquida de tarifas e comissões	5.529.572	891.897	414.039	6.835.508
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos) e Variações cambiais (líquidas)	1.550.319	244.408	80.323	1.875.050
Outras receitas (despesas) operacionais	(596.271)	(29.992)	278.264	(347.999)
TOTAL DE RECEITAS	27.880.612	3.607.631	1.065.057	32.553.300
Despesas com pessoal	(5.354.100)	(512.097)	(59.979)	(5.926.176)
Outras despesas administrativas	(5.003.189)	(215.499)	(85.738)	(5.304.426)
Depreciação e amortização	(1.129.919)	(57.718)	(49.773)	(1.237.410)
Provisões (líquidas)	(1.940.727)	4.039	(37.638)	(1.974.326)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(8.225.451)	(8.359)	-	(8.233.810)
Perdas com outros ativos (líquidas)	(20.601)	-	1	(20.600)
Outros ganhos (perdas) financeiros	139.951	-	-	139.951
LUCRO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO	6.346.576	2.817.997	831.930	9.996.503
Outros:				
Total em ativos	308.973.195	40.139.949	25.549.539	374.662.683
Empréstimos e adiantamentos a clientes	121.175.888	30.149.793	40.880	151.366.561
Depósitos de clientes	144.385.872	22.180.522	1.382.807	167.949.201

Em milhares de Reais

Demonstração (Condensada) do Resultado	2009			Total
	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Gestão de Ativos e Seguros	
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	20.260.381	1.766.812	139.898	22.167.091
Receitas de instrumentos de patrimônio	29.903	-	-	29.903
Resultado de equivalência patrimonial	295.414	-	-	295.414
Receita líquida de tarifas e comissões	4.969.848	863.326	404.588	6.237.762
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos) e Variações cambiais (líquidas)	1.751.572	859.209	54.351	2.665.132
Outras receitas (despesas) operacionais	(280.861)	(22.540)	187.777	(115.624)
TOTAL DE RECEITAS	27.026.257	3.466.807	786.614	31.279.678
Despesas com pessoal	(4.971.773)	(474.295)	(64.904)	(5.510.972)
Outras despesas administrativas	(5.213.092)	(175.017)	(48.136)	(5.436.245)
Depreciação e amortização	(1.175.995)	(38.635)	(33.982)	(1.248.612)
Provisões (líquidas)	(3.389.253)	(45.050)	(46.390)	(3.480.693)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(9.883.382)	(83.022)	-	(9.966.404)
Perdas com outros ativos (líquidas)	(899.172)	-	(1.382)	(900.554)
Outros ganhos (perdas) financeiros	3.400.931	-	-	3.400.931
LUCRO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO	4.894.521	2.650.788	591.820	8.137.129
Outros:				
Total em ativos	253.639.547	40.738.892	21.594.137	315.972.576
Empréstimos e adiantamentos a clientes	99.511.366	28.571.262	241.296	128.323.924
Depósitos de clientes	124.296.966	23.872.581	1.270.609	149.440.156

Em milhares de Reais

Demonstração (Condensada) do Resultado	2008			Total
	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Gestão de Ativos e Seguros	
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	10.191.650	1.213.502	32.817	11.437.969
Receitas de instrumentos de patrimônio	36.972	-	-	36.972
Resultado de equivalência patrimonial	112.330	-	-	112.330
Receita líquida de tarifas e comissões	3.602.255	449.289	202.159	4.253.703
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos) e Variações cambiais (líquidas)	(358.011)	540.636	7.041	189.666
Outras receitas (despesas) operacionais	(21.570)	(37.782)	(465)	(59.817)
TOTAL DE RECEITAS	13.563.626	2.165.645	241.552	15.970.823
Despesas com pessoal	(3.104.942)	(403.671)	(39.549)	(3.548.162)
Outras despesas administrativas	(3.485.160)	(129.640)	(21.975)	(3.636.775)
Depreciação e amortização	(797.536)	(44.065)	(4.404)	(846.005)
Provisões (líquidas)	(1.160.918)	(38.638)	(30.761)	(1.230.317)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(4.076.108)	(23.176)	-	(4.099.284)
Perdas com outros ativos (líquidas)	(77.267)	-	(10)	(77.277)
Outros ganhos (perdas) financeiros	15.830	-	-	15.830
LUCRO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO	877.525	1.526.455	144.853	2.548.833
Outros:				
Total em ativos	243.957.824	50.232.023	-	294.189.847
Empréstimos e adiantamentos a clientes	106.317.159	28.151.101	-	134.468.260
Depósitos de clientes	117.516.868	37.977.971	-	155.494.839

Adicionalmente, o Banco não tem clientes que individualmente respondam por 10% da receita financeira ou receita correlata (das duas a maior) para 2010, 2009 e 2008.

TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas do Banco devem incluir, além de suas controladas, afiliadas e controladas em conjunto, o pessoal-chave da administração do Banco entidades sobre as quais esse pessoal-chave pode exercer influência ou controle significativos.

As transações realizadas pelo Banco com as suas partes relacionadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 foram as seguintes:

a) Remuneração de pessoal-chave da Administração

A Assembleia Geral Extraordinária de 27 de abril de 2010, aprovou a proposta de remuneração dos administradores para o exercício de 2010, no montante global de até R\$246.560 mil, nos exatos termos da proposta do Conselho de Administração, de 22 de março de 2010. Neste montante, consideram-se previstos também, benefícios no valor de até R\$7.480 mil e aos planos de previdência em vigor no valor máximo de R\$50.000 mil. Foi aprovado também a remuneração global dos membros do Comitê de Auditoria no valor total de até R\$3.440 mil.

i) Benefícios de longo prazo

O Banco, assim como o Banco Santander Espanha, igualmente como outras controladas no mundo do Grupo Santander, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas.

ii) Benefícios de curto prazo

A tabela a seguir demonstra os Salários e Honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

Em milhares de Reais	2010	2009
Remuneração fixa	45.078	35.258
Remuneração variável	162.732	121.490
Outras	8.659	6.294
Total	216.469	163.042

iii) Rescisão do contrato

Os contratos possuem prazo indeterminado. A extinção da relação de trabalho, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

b) Operações de crédito

Nos termos da legislação vigente, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos envolvendo:

- I – diretores, membros dos conselhos de administração e do Comitê de Auditoria bem como seus respectivos cônjuges e parentes, até o 2º grau;
- II - pessoas físicas ou jurídicas que participem no capital do Banco Santander, com mais de 10%;
- III - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, o Banco Santander e suas subsidiárias;
- IV - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, quaisquer dos diretores ou administradores da própria instituição financeira, bem como seus cônjuges e respectivos parentes, até o 2º grau.

c) Participação acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais) em 31 de dezembro de 2010:

Acionistas	2010				Total de ações (milhares)	Total de Ações (%)
	Ações ordinárias (milhares)	Ações ordinárias (%)	Ações preferenciais (milhares)	Ações preferenciais (%)		
Grupo Empresarial Santander, S.L. ⁽¹⁾	74.967.225	35,2%	63.531.986	34,1%	138.499.211	34,7%
Sterrebeeck B.V. ⁽¹⁾	99.527.083	46,8%	86.492.330	46,5%	186.019.413	46,6%
Santander Insurance Holding, S.L. ⁽¹⁾⁽²⁾	206.663	0,1%	0	0,0%	206.663	0,1%
Funcionários	240.934	0,1%	220.512	0,1%	461.446	0,1%
Membros do Conselho de Administração	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Membros da Diretoria Executiva	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Outros	37.899.827	17,8%	35.957.557	19,3%	73.857.384	18,5%
Total	212.841.732	100,0%	186.202.385	100,0%	399.044.117	100,0%

(1) Empresas do Grupo Santander Espanha.

(2) Em agosto de 2010, ocorreu o arquivamento do Formulário F-1, na CVM e SEC, que informava sobre a intenção de alienação de participação acionária detida pela Santander Insurance Holding, S.L. sob a forma de ADR, no mercado americano. Sendo assim, foram convertidas 4.538.420.040 ações ordinárias e 4.125.836.400 ações preferenciais de sua propriedade para compor 82.516.728 Units/ADR (que equivalem a participação acionária no Banco Santander de 2,17%). Entre os meses de agosto a dezembro de 2010, a participação acionária detida pela SIH, sob a forma de ADR's, foi totalmente alienada, sendo 77.627.222 no terceiro trimestre e 4.889.506 no quarto trimestre.

(*) Nenhum dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva detém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.

Em 26 de maio de 2010, a Santander Seguros alienou a participação no Banco Santander correspondente a 16.767 mil ações (7.241 mil ações ordinárias e 9.526 mil ações preferenciais) via pregão na BM&FBovespa, eliminando a participação recíproca entre o Banco Santander e a Santander Seguros.

OUTRAS DIVULGAÇÕES
a) Fundos administrados não registrados no balanço

Os fundos administrados pelo Banco não registrados no balanço são os seguintes:

Em milhares de Reais	2010	2009
Fundos de investimento	102.516.308	95.324.100
Ativos administrados	8.822.049	3.083.043
Total	111.338.357	98.407.143

b) Títulos e valores mobiliários de terceiros sob custódia

Em 31 de dezembro de 2010, o Banco detinha sob custódia títulos de dívida e valores mobiliários de terceiros no valor total de R\$194.063.773 mil e R\$94.949.464 mil em 2009.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES - RECONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DO LUCRO LÍQUIDO DO BANCO

De acordo com a Instrução CVM 485, de 1o de setembro de 2010, apresentamos a seguir a conciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido atribuído à Controladora entre as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e o IFRS, nos períodos apresentados a seguir:

Em milhares de Reais	Nota explicativa	2010	2009
Patrimônio líquido atribuído à Controladora em BR GAAP		64.850.978	64.492.693
Ajustes de IFRS, líquidos de impostos, quando aplicável:			
Taxa de desconto de planos de previdência privada	c	-	(174.218)
Reclassificação de instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado	d	(251)	19.440
Reclassificação de instrumentos financeiros para disponíveis para venda	a	558.032	555.104
Perda de valor recuperável de empréstimos e recebíveis	b	220.590	960
Diferimento de tarifas bancárias, comissões e outros custos financeiros pelo método de taxa de juros efetiva	e	300.000	217.205
Reversão da amortização do ágio e outros	f	6.736.108	3.424.772
Realização dos ajustes do preço de compra	g	639.520	727.101
Pagamento baseado em ações	h	20.976	-
Outros		29.365	2.348
Patrimônio líquido atribuível à Controladora em IFRS		73.355.318	69.265.405
Participações não-controladoras em IFRS		8.076	1.338
Patrimônio líquido (incluindo participações não-controladoras) em IFRS		73.363.394	69.266.743

Em milhares de Reais	Nota explicativa	2010	2009	2008
Lucro líquido atribuído à Controladora em BR GAAP		3.863.298	1.805.899	1.580.614
Ajustes de IFRS, líquidos de impostos, quando aplicável:				
Taxa de desconto de planos de previdência privada	c	(1.082)	5.125	6.966
Reclassificação de instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado	d	(17.887)	(6.687)	34.015
Reclassificação de instrumentos financeiros para disponíveis para venda	a	(16.300)	(15.243)	49.260
Perda de valor recuperável de empréstimos e recebíveis	b	219.630	235.260	27.720
Diferimento de tarifas bancárias, comissões e outros custos financeiros pelo método de taxa de juros efetiva	e	82.795	43.089	(39.716)
Reversão da amortização do ágio e outros	f	3.311.336	3.030.122	376.766
Realização dos ajustes do preço de compra	g	(87.581)	411.109	315.992
Outros		27.884	(1.068)	26.778
Lucro líquido atribuído à Controladora em IFRS		7.382.093	5.507.606	2.378.395
Participações não-controladoras em IFRS		481	358	231
Lucro líquido (incluindo participações não-controladoras) em IFRS		7.382.574	5.507.964	2.378.626

a) Reclassificação de instrumentos financeiros para disponíveis para venda:

Segundo o BR GAAP, o Banco contabiliza alguns investimentos como por exemplo em títulos de dívida ao custo amortizado e títulos patrimoniais ao custo. Segundo o IFRS, o Banco tem classificado esses investimentos como disponíveis para venda, calculando-os ao valor justo com as alterações reconhecidas nas "Demonstrações consolidadas de receitas e despesas reconhecidas", dentro do escopo do IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração".

b) Perda de valor recuperável de empréstimos e recebíveis:

Segundo o IFRS, refere-se, principalmente, ao ajuste da alocação do preço de compra quando da aquisição do Banco Real, seguindo as exigências do IFRS 3 "Combinações de Negócios" e decorrente da estimativa de perdas sobre esse ativos, que foi apurada com base no histórico de perda de valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas por ocasião da avaliação, de acordo com a orientação fornecida pelo IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". Tais critérios diferem em determinados aspectos dos critérios adotados segundo o BRGAAP, que usa determinados limites regulatórios definidos pelo Bacen e não realiza os ajustes de combinação de negócios.

c) Taxa de desconto de planos de previdência privada:

Segundo o BR GAAP, a taxa de desconto usada para obrigações com benefícios previdenciários reflete a taxa nominal de juros. Segundo o IFRS, em consonância com o IAS 19 "Benefícios de funcionários", a taxa usada para trazer a valor presente as obrigações de benefícios pós-emprego foi definida tendo por referência as taxas de remuneração de mercado, no encerramento do período, de títulos de dívida. Em 2010, o BRGAAP passou a adotar a deliberação CVM 600/2009 que produziu efeitos para os exercícios encerrados a partir de dezembro de 2010, o que eliminou a assimetria com a norma internacional. Este evento gerou um ajuste no BRGAAP contra o patrimônio líquido em reservas de capital no montante líquido de R\$ 175.300 mil.

d) Reclassificação de instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado:

Segundo o BR GAAP, todos os empréstimos, financiamentos e depósitos são contabilizados ao custo amortizado. Segundo o IFRS, o Banco classificou determinados empréstimos, financiamentos e depósitos como sendo a "valor justo através do resultado", em conformidade com o IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". Adicionalmente, certos instrumentos de dívidas classificados como "disponível para venda" dentro do BR GAAP foram reclassificados para "Valor justo através do resultado" dentro do IFRS. O Banco optou por essa base de classificação, uma vez que ela elimina um descasamento contábil no reconhecimento de receitas e despesas.

e) Diferimento de tarifas bancárias, comissões e outros custos financeiros pelo método da taxa de juros efetiva:

Segundo o IFRS, em consonância com o IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", as tarifas bancárias, comissões e custos financeiros inerentes que integram a taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros calculada ao custo amortizado são reconhecidos no resultado durante o período de validade dos respectivos contratos. Segundo o BR GAAP, essas taxas e despesas são reconhecidas diretamente no resultado quando recebidas ou pagas.

f) Reversão da amortização do ágio e outros:

Segundo o BR GAAP, o ágio é amortizado sistematicamente durante um período de 10 anos e o ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade pelo menos uma vez por ano ou em menor período, no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável do ativo. Segundo o IFRS, em conformidade com o IAS 38 "Ativos Intangíveis", o ágio não é amortizado, mas testado para fins de determinação da perda de valor recuperável, ao menos uma vez por ano, e sempre que houver indicação de que o ágio possa sofrer perda de valor recuperável; comparando-se seu valor recuperável a seu valor contábil. A amortização do ágio está caracterizada como uma diferença permanente dedutível para fins fiscais e, portanto, não há o registro de passivo fiscal diferido.

g) Realização dos ajustes do preço de compra:

Como parte da alocação do preço de compra, seguindo as exigências do IFRS 3 "Combinações de Negócios", o Banco reavaliou seus ativos e passivos a valor justo, incluindo ativos intangíveis identificáveis com vida útil definida. Segundo o BR GAAP, em uma combinação de empresas, os ativos e passivos não são reavaliados a seus respectivos valores justos. Assim, este ajuste diz respeito substancialmente aos seguintes itens:

- Amortização relativa ao valor dos ativos na carteira de empréstimos em relação a seu valor contábil: como o valor dos empréstimos foi ajustado a valor justo, isto gera um ajuste na curva de remuneração dos respectivos empréstimos em comparação com o seu valor nominal, o qual é compensado proporcionalmente com este ajuste.
- Amortização dos ativos intangíveis identificados com vida útil definida em relação à vida útil estimada desses ativos.

h) Pagamento baseado em ações:

O Banco Santander possui um programa local de remuneração de longo prazo baseado em ações. De acordo com o IFRS 2 o valor a ser pago das ações deve ser mensurado ao valor justo e contabilizado diretamente no Patrimônio Líquido, enquanto que no BR GAAP a provisão é efetuada na conta "Outras Obrigações - Diversas".

ANEXO I – SUBSIDIÁRIAS DO BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Em milhares de Reais
Participações diretas e indiretas controladas pelo Banco Santander (Brasil) S.A.

	Atividade	Participação %		Patrimônio Líquido ⁽⁹⁾	Lucro Líquido ⁽⁹⁾
		Direta	Indireta		
Santander Seguros S.A. ⁽¹⁾	Seguros e Previdência	100,00%	100,00%	2.399.006	383.565
Santander Brasil Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ⁽¹⁾	Administradora de Ativos	99,99%	100,00%	212.868	84.858
Banco BANDEPE S.A.	Banco	100,00%	100,00%	4.254.691	341.724
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	Leasing	78,57%	99,99%	12.657.687	993.755
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.	Financeira	100,00%	100,00%	956.551	340.691
Santander Administradora de Consórcios Ltda.	Consórcio	100,00%	100,00%	4.057	248
Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda.	Consórcio	100,00%	100,00%	118.072	30.667
Santander Microcrédito Assessoria Financeira S.A. ⁽⁵⁾	Microcrédito	100,00%	100,00%	11.729	5.793
Santander Advisory Services S.A.	Outras atividades	100,00%	100,00%	159.535	27.898
Companhia Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ⁽⁴⁾	Distribuidora	100,00%	100,00%	86.613	5.773
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. ⁽³⁾	Corretora	99,99%	100,00%	340.177	57.583
Webmotors S.A.	Outras atividades	100,00%	100,00%	52.397	14.055
Agropecuária Tapirapé S.A. ⁽⁷⁾	Outras atividades	99,07%	99,07%	7.174	376
Santander CHP S.A. ⁽⁶⁾	Holding	92,78%	92,78%	4.750	3.821
Santander Getnet Serviços para Meios de Pagamento Sociedade Anônima ⁽²⁾	Outras atividades	50,00%	50,00%	13.223	223
Controladas pelo Santander Seguros S.A. ⁽¹⁾					
Santander Brasil Seguros S.A.	Seguros e Previdência	-	100,00%	163.047	24.148
Santander Capitalização S.A.	Capitalização	-	100,00%	495.950	140.523
Controladas pela Companhia Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ⁽⁴⁾					
Santander Securities (Brasil) Corretora de Valores Mobiliários S.A.	Corretora	-	100,00%	71.862	4.107
Controladas pelo Santander Advisory Services S.A.					
Santander S.A. Serviços Técnicos, Administrativos e de Corretagem de Seguros ⁽⁸⁾	Corretora de Seguros	-	99,99%	152.408	11.555
Brazil Foreign Diversified Payment Rights Finance Company	Securitização	-	(a)	2	-

(a) Companhia sobre a qual há controle efetivo.

(1) Empresas consolidadas com resultado a partir de julho de 2009.

(2) Em 14 de janeiro de 2010, o Banco assinou os instrumentos contratuais e societários com a Getnet, para, conjuntamente, explorar, desenvolver e comercializar, no mercado brasileiro, serviços de captura e processamento de transações de cartões de crédito e/ou débito.

(3) Incorporou a Santander S.A. Corretora de Câmbio e Títulos em março de 2010.

(4) Denominação atual da Companhia Real de Valores - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

(5) Denominação atual da Real Microcrédito Assessoria Financeira S.A.

(6) Denominação atual da Real CHP S.A.

(7) O Banco Santander na qualidade de acionista controlador da Tapirapé, sociedade beneficiária de recursos provenientes de incentivos fiscais do Fundo de Investimento Regional da Amazônia (Finam), divulgou Fato Relevante em 1 de setembro de 2010, para informar aos acionistas minoritários da Tapirapé que foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 31 de agosto de 2010, o Cancelamento do Registro de Companhia Incentivada perante a CVM, mediante a realização de Oferta Pública de Aquisição de Ações (OPA). O Cancelamento do Registro foi concedido pela CVM em 29 de outubro de 2010, conforme Ofício/CVM/SEP/GEA-3/nº 1039/2010.

(8) Nas AGEs de 29 de outubro de 2010 da Real Corretora e da Santander Serviços, os respectivos acionistas aprovaram a proposta de incorporação da Real Corretora pela Santander Serviços, com base nos respectivos valores de patrimônio líquido contábil na data-base de 30 de setembro de 2010, cujo processo se encontra em fase de registro na Junta Comercial.

(9) Os valores apresentados estão de acordo com as práticas adotadas no Brasil.
